

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

AGO 2016

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

10. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia	
Referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.....	08
10.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:	08
b) Estrutura de capital	10
c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos	11
d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas	12
e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez	12
f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas	12
g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados	15
h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras	15
10.2. a) Resultados das operações do emissor	18
b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços	20
c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câm- bio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor	26
10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venha a cau- sar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados	
a) Introdução ou alienação do segmento operacional	26
b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária	26
c) Eventos ou operações não usuais	27
10.4. a) Mudanças significativas nas práticas contábeis	27
b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis	28
c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor	28
10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia,	

explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros	28
10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, Indicando:	
a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)	29
b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	29
10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, comentar:	
a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor	29
b) Natureza e o propósito da operação	29
c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação	30
10.8. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:	
a) Investimentos	30
b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor	30
c) Novos produtos e serviços	30
10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção	31
 <u>DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO</u>	
1. Lucro líquido do exercício 2015	32
2. Montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados	32
3. Percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído	32

4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	33
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados	33
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores	34
7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:	
a) lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores; e b) Dividendo e juros sobre o capital próprio distribuído nos três exercícios anteriores	34
8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:	
a) Identificar o montante destinado a reserva legal	34
b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	34
9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos	34
10. Em relação do dividendo obrigatório:	
a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto	34
b) Informar se ele está sendo pago integralmente	35
c) Informar o montante eventualmente retido	35
11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.	35
12. Destinação de resultados para reserva de contingências	35
13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar	35
14. Destinação de resultado para reservas estatutárias	35
15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital	35
16. Destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais	36
Cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas acima mencionadas e seus limites de constituição	36
Proposta de destinação do resultado do exercício a ser submetida à AGO	36

PROPOSTA PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

- Nome dos indicados pelos controladores para membros do Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal	38
- Dados dos indicados pelos controladores para membros do Conselho de Administração	38
- Dados dos indicados pelos controladores para membros do Conselho Fiscal	40
- Currículo resumido dos nomes que serão indicados pelos controladores para membros do	

Conselho de Administração e Conselho Fiscal	41
---	----

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO AOS ADMINISTRADORES

13.1. Prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês	46
a) Objetivos da prática de remuneração	47
b) Composição da remuneração	49
c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração da Diretoria não estatutária;	55
d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho	56
e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da companhia de curto, médio e longo prazo	56
f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos	56
g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor	56
13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos e últimos exercícios sociais e a prevista para o presente exercício social, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal	57
- Remuneração prevista para o presente exercício de 2016	57
- Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2015	58
- Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2014	60
- Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2013	61
13.3. Remuneração variável dos membros do CA, Diretoria e CF	62
- Remuneração variável prevista para 2016	63
- Remuneração variável paga no exercício de 2015	63
- Remuneração variável paga no exercício de 2014	64
- Remuneração variável paga no exercício de 2013	65
13.4. Plano de remuneração baseado em ações da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente	66
a) Termos e condições gerais do Plano de Outorga de opções	66
b) Principais objetivos do Plano de Opções da Companhia	68

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos	68
d) Como o plano de insere na política de remuneração da Cia.	68
e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da companhia a curto, médio e longo prazo	68
f) Número máximo de ações abrangidas e	
g) Número máximo de opções a serem outorgadas	68
h) Condições de aquisição de ações	69
i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício	69
j) Critério para fixação do prazo de exercício	69
k) Forma de liquidação	70
l) Restrições a transferência de ações	70
m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano	70
n) Efeitos da saída do administrador da Diretoria da companhia, sobre seus direitos previstos no plano de opções	71
13.5. Plano de Opções em Ações da Diretoria Estatutária reconhecido no resultado dos três últimos exercícios	72
- Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2015	72
- Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2014	72
- Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2013	73
- Opções previstas para 2016	74
13.6. Opções em aberto no final do último exercício	75
13.7. Em relação as opções exercidas nos 3 últimos exercícios sociais:	
- Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2015	76
- Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014	76
- Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2013	76
13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações das opções:	
a) Método de precificação do valor das opções/ações	76
b) Dados e premissas utilizados	77
c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de	

exercício antecipado	78
d) Forma de determinação da volatilidade esperada	78
e) Outra característica incorporada na mensuração do valor justo	78
Outras informações	78
13.9. Quantidade de ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil e no exterior, por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, agrupadas por órgão	78
13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários	78
13.11. Remuneração dos administradores nos 3 últimos exercícios sociais	79
13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a companhia	81
13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos	81
13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados	81
13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos	82
13.16. Outras informações que a companhia julga relevantes	82

MARCOPOLO S.A.
C.N.P.J. nº 88.611.835/0001-29
NIRE nº 43 3 0000723 5
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015:

ÍTEM 10 do FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2013 caracterizou-se como um ano de novos desafios e turbulências para a indústria de ônibus e carrocerias no Brasil, principalmente ao longo do segundo semestre. Apesar do cenário mais desafiador, a receita líquida da Marcopolo cresceu 9,1% no mercado interno e 7,5% no mercado externo em comparação com o ano anterior. A produção no Brasil cresceu 5,0% em relação a 2012, e a produção mundial consolidada aumentou 4,0% no mesmo período.

E ainda, em fato relevante divulgado no dia 23 de janeiro, a Companhia anunciou a assinatura de um contrato de investimento estratégico no valor de C\$ 116,4 milhões (dólares canadenses) para subscrever 11.087.834 novas ações ordinárias a serem emitidas pela New Flyer Industries Inc., representando 19,99% do capital social dessa Companhia. Com sede em Winnipeg, Canadá, a New Flyer é líder de produção de ônibus urbanos no Canadá e nos Estados Unidos e registrou receita líquida de US\$ 926,0 milhões com produção de 1.800 unidades em 2011. O investimento na New Flyer possibilita a entrada nestes mercados e está alinhada com a estratégia de crescimento e expansão geográfica da Marcopolo.

O ano de 2014 trouxe grandes desafios para o setor de ônibus no Brasil. A Marcopolo, com o intuito de se adequar ao momento menos favorável, não mediu esforços no sentido de melhorar sua eficiência operacional e de reduzir custos, mostrando seu potencial de adaptação e resiliência em diferentes cenários.

Mesmo um ano desafiador, com retração do mercado e consequente queda no volume de produção em todos os segmentos, aliado à introdução de novos produtos, que, em um primeiro momento, afetaram a performance da Companhia, a Marcopolo continuou entregando um retorno sobre o capital investido (*ROIC*), acima do custo médio ponderado do capital (*WACC*), e manteve seu *market share* estável em todos os segmentos. É importante destacar a Marcopolo vem conseguindo manter este spread (*ROIC - WACC*) há muitos anos, sem perder *market share*, mesmo em momentos adversos, o que demonstra sua resiliência.

A atual conjuntura econômica e a instabilidade política do Brasil afetaram profundamente o segmento de bens de capital no país. Como consequência, o ano de 2015 foi de retração para a indústria de carrocerias de ônibus e trouxe grandes desafios para as empresas do setor. Para adequar-se ao cenário adverso, a Marcopolo implementou medidas visando à mitigação do impacto no quadro de pessoal e nos resultados operacionais.

Em relação aos colaboradores, a Companhia adotou planos de flexibilização da jornada de trabalho, férias coletivas e, a partir de janeiro de 2016, lay-off de até cinco meses na Marcopolo Rio, unidade especializada na produção de ônibus urbanos, situada em Duque de Caxias/RJ.

No âmbito operacional, a Marcopolo criou forças-tarefas para acelerar as atividades críticas que ajudem a Companhia a superar as dificuldades de um mercado interno ainda estagnado em um nível abaixo do histórico. A primeira delas foca no aumento das exportações através do fortalecimento da atuação nos mercados tradicionais da América Latina e também da cobertura de novos mercados e ampliação do portfólio de clientes no exterior. A segunda força-tarefa visa à melhora operacional através do encurtamento dos tempos de ciclo de produção, do aumento da eficiência e da otimização das unidades fabris. A terceira força-tarefa diz respeito às ações estruturadas, buscando a redução de despesas e custos indiretos.

Ainda, a Marcopolo anunciou através de Fato Relevante divulgado em 03.11.2015, que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura de uma carta de intenções, não vinculante, que tem por objetivo estabelecer as bases e os princípios para uma potencial incorporação da L&M, controladora direta da San Marino Ônibus Ltda. (Neobus). A Companhia segue no aguardo da obtenção da aprovação pelas autoridades de defesa de concorrência e da finalização do processo de due diligence.

O endividamento financeiro líquido totalizava R\$ 1.110,6 milhões em 31.12.2015 (R\$ 1.197,3 milhões em 31.12.2014). Desse total, R\$ 700,0 milhões eram provenientes do segmento financeiro, enquanto que o segmento industrial apresentou passivo líquido de R\$ 410,6 milhões.

Cabe ressaltar que o endividamento do segmento financeiro provém da consolidação das atividades do Banco Moneo e deve ser analisado separadamente, uma vez que possui características distintas daquele proveniente das atividades industriais da Companhia. O passivo financeiro do Banco Moneo tem como contrapartida a conta de "Clientes" no Ativo do Banco. O risco de crédito está devidamente provisionado. Por se tratar de repasses do FINAME, cada desembolso oriundo do BNDES tem exata contrapartida na conta de recebíveis de clientes do Banco Moneo, tanto em prazo como em taxa fixa. Vide Nota Explicativa 28 às Demonstrações Financeiras.

Em 31 de dezembro, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,9x o EBITDA dos últimos 12 meses. Os indicadores-chave possuem os seguintes parâmetros:

- . WACC - entre 8% e 12% a.a.;
- . dívida líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x;
- . relação dívida líquida/patrimônio líquido - entre 25% e 75%.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 podem ser assim sumariados:

	Consolidado		
	2015	2014	2013
Total dos empréstimos	2.474.846	2.110.925	1.835.759
Instrumentos financeiros derivativos	921	1.942	467
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.131.162)	(642.615)	(624.717)
Menos: aplicações financeiras	(234.014)	(273.026)	(170.717)
Dívida líquida (A)	<u>1.110.591</u>	<u>1.197.226</u>	<u>1.211.042</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>1.828.085</u>	<u>1.647.581</u>	<u>1.515.896</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	61	73	80

A Companhia finalizou o ano de 2015 com saudáveis condições patrimoniais e financeiras:

- ✓ Consistente geração de lucros;
- ✓ Geração operacional de caixa e confortável posição financeira;
- ✓ Adequada estrutura de capital, com financiamento de terceiros a custos competitivos;

b) Estrutura de capital:

Ao final do exercício de 2013, 12,9% da dívida bruta do segmento industrial era de curto prazo (R\$ 148,0 milhões) e 87,1% de longo prazo (R\$ 998,8 milhões). Considerando a consolidação do Banco Moneo S.A., a dívida bruta ao final do exercício de 2013 era composta por 20,0% de curto prazo (R\$ 367,6 milhões) e 80,0% de longo prazo (R\$ 1.468,6 milhões). Em 31 de dezembro de 2013, a dívida bruta consolidada era composta por 80,3% em reais e 19,7% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas

subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta do segmento industrial em relação à capitalização total da Companhia foi de 46,5% em 31/12/2013 e a empresa estava financiada por 45,2% por capital próprio e 54,8% por capital de terceiros.

Ao final do exercício de 2014, 11,7% da dívida bruta do segmento industrial era de curto prazo (R\$ 159,1 milhões) e 88,3% de longo prazo (R\$ 1.204,2 milhões). Considerando a consolidação do Banco Moneo S.A., a dívida bruta ao final do exercício de 2014 era composta por 20,0% de curto prazo (R\$ 421,7 milhões) e 80,0% de longo prazo (R\$ 1.691,2 milhões). Em 31 de dezembro de 2014, a dívida bruta consolidada era composta por 82,2% em reais e 17,8% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta do segmento industrial em relação à capitalização total da Companhia foi de 48,7% em 31/12/2014 e a empresa estava financiada por 43,8% por capital próprio e 56,2% por capital de terceiros.

Ao final do exercício de 2015, 39,4% da dívida bruta do segmento industrial era de curto prazo (R\$ 691,5 milhões) e 60,6% de longo prazo (R\$ 1.065,1 milhões). Considerando a consolidação do Banco Moneo S.A., a dívida bruta ao final do exercício de 2015 era composta por 39,0% de curto prazo (R\$ 966,1 milhões) e 61,0% de longo prazo (R\$ 1.509,7 milhões). Em 31 de dezembro de 2015, a dívida bruta consolidada era composta por 77,2% em reais e 22,8% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta do segmento industrial em relação à capitalização total da Companhia foi de 52,3% em 31/12/2015 e a empresa estava financiada por 42,5% por capital próprio e 57,5% por capital de terceiros.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 0,9x o EBITDA dos últimos 12 meses. A Companhia entende que o atual nível de endividamento líquido/EBITDA, apresenta capacidade de gerar caixa suficiente para o pagamento dos compromissos assumidos junto às instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,6x o EBITDA dos últimos 12 meses. A Companhia entende que o atual nível de endividamento líquido/EBITDA, apresenta capacidade de gerar caixa suficiente para o pagamento dos compromissos assumidos junto às instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,9x o EBITDA dos últimos 12 meses. A Companhia entende que o atual nível de endividamento líquido/EBITDA, apresenta capacidade de gerar

caixa suficiente para o pagamento dos compromissos assumidos junto às instituições financeiras.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos 3 anos, a Companhia realizou operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos, BNDES-EXIM atrelados às operações de exportações e nota de crédito à exportação (NCE). Adicionalmente, a Companhia vem utilizando, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não circulantes, tais como o FINEP e o FINAME.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs, pré-pagamento, BNDES-EXIM, FINEP e FINAME.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Consolidado	
			2015	2014
Moeda nacional				
FINAME	5,86	2016 a 2025	23.340	17.024
Empréstimos bancários	14,25	2016	143	133
Depósitos interfinanceiros	15,30	2016	39.425	38.842
FINEP	5,60	2016 a 2025	199.549	188.928
FDE – Fundos de desenvolvimento	2,18	2024 e 2025	109.574	65.435
Pré-embarque especial (*)	6,34	2016 e 2017	302.136	302.113
Notas de créditos exportação - Compulsório	8,17	2016 a 2019	556.339	412.052
Moeda estrangeira				
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	3,10	2018	413.004	240.386
Notas de créditos exportação - USD	3,14	2018	48.854	46.524
Financiamento em randes	9,65	2017 a 2020	624	290
Financiamento em renminbi	5,29	2016	22.911	18.473
Financiamento em dólares australianos	3,02	2016	79.173	69.915
Partes relacionadas	Libor + 3,00	-	-	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			<u>1.795.072</u>	<u>1.400.115</u>
Captações no mercado aberto				
Moeda nacional				
BNDES – Operações Pré fixadas	3,60	2016 a 2024	613.321	598.021
BNDES – Operações Pós fixadas	TJLP + 1,50	2016 a 2021	<u>66.453</u>	<u>112.789</u>
Subtotal de captações no mercado aberto			<u>679.774</u>	<u>710.810</u>
Total de empréstimos e financiamentos			<u>2.474.846</u>	<u>2.110.925</u>

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Consolidado	
			2015	2014
Passivo circulante			(965.139)	(419.734)
Passivo não circulante			1.509.707	1.691.191

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Consolidado	
			2014	2013
Moeda nacional				
FINAME	5,31	2015 a 2024	17.024	13.110
Empréstimos bancários	12,50	2015 a 2021	133	68
Depósitos interfinanceiros	12,65	2015	38.842	-
FINEP	4,28	2015 a 2024	188.928	167.527
FDE – Fundos de desenvolvimento	1,65	2024 e 2025	65.435	-
Pré-embarque especial (*)	6,34	2016 e 2017	302.113	200.836
Notas de créditos exportação - Compulsório	6,39	2016 a 2019	412.052	402.286
Moeda estrangeira				
Adiantamentos de contratos de câmbio	1,48	2018	-	14.088
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	2,89	2018	240.386	211.994
Notas de créditos exportação - USD	2,94	2018	46.524	46.893
Financiamento em randes	10,44	2015	290	23
Financiamento em renminbi	5,51	2015	18.473	21.360
Financiamento em dólares australianos	3,57	2015	69.915	68.160
Partes relacionadas	Libor + 3,00	-	-	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.400.115	1.146.345
Captações no mercado aberto				
Moeda nacional				
BNDES – Operações Pré fixadas	1,90	2015 a 2019	598.021	511.833
BNDES – Operações Pós fixadas	7,50	2015 a 2019	112.789	177.581
Subtotal de captações no mercado aberto			710.810	689.414
Total de empréstimos e financiamentos			2.110.925	1.835.759
Passivo circulante			(419.734)	(367.145)
Passivo não circulante			1.691.191	1.468.614

Ao final de 2015, as parcelas a longo prazo tinham o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	2015	2014
De 13 a 24 meses	800.335	741.538
De 25 a 36 meses	338.985	588.218
De 37 a 48 meses	166.868	139.936
De 49 a 60 meses	78.170	113.753
Após 60 meses	125.349	107.746
	1.509.707	1.691.191

	Consolidado	
	2014	2013
De 13 a 24 meses	741.538	250.127
De 25 a 36 meses	588.218	849.277
De 37 a 48 meses	139.936	226.724
De 49 a 60 meses	113.753	90.034
Após 60 meses	107.746	52.452
	<u>1.691.191</u>	<u>1.468.614</u>

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Da totalidade da dívida do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia, o montante de R\$ 3.176.680 mil em 31 de dezembro de 2015, R\$ 2.767.554 mil em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 2.583.849 mil em 31 de dezembro de 2013. Em caso de concurso universal de credores, o grau de subordinação entre as dívidas, respeita a ordem abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
1º Dívidas trabalhistas	78.803	98.629	117.038
2º Dívidas tributárias	62.817	52.063	62.271
3º Empréstimos e financiamentos	2.475.767	2.112.867	1.836.226
4º Demais dívidas	559.293	503.995	568.314
Total da dívida circulante e não circulante	<u>3.176.680</u>	<u>2.767.554</u>	<u>2.583.849</u>

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 22.317 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 17.024 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia detém empréstimos bancários garantidos no montante de R\$ 506.424 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 233.694 mil em 31 de dezembro de 2014). De acordo com os termos do contrato, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos 3 anos. Contudo, os contratos possuem cláusulas restritivas "Covenants", que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros não forem atingidos. Caso ocorra essa situação, a

Companhia reclassifica esses montantes para o passivo circulante e toma providências para o restabelecimento dos indicadores contratuais.

O Banco Moneo encontra-se enquadrado no limite de exposição determinado pelo BNDES que representa 5,5 vezes o Patrimônio Líquido.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Projeto junto FINEP, relativo ao financiamento de inovação de pesquisa e desenvolvimento da Marcopolo RIO, contratado em setembro de 2014 no valor de R\$ 32.084.274,00 sendo financiado o valor de R\$ 28.875.846,60. Deste valor, parte foi desembolsado em outubro de 2014 no valor de R\$ 13.161.610,88 (45,6% já utilizados). O saldo de R\$ 15.714.235,72 será desembolsado em até 540 dias.

Já na Marcopolo S.A., foi contratado um financiamento junto ao FINEP em maio de 2015, no valor de R\$ 211.188.346,97, sendo financiado o valor de R\$ 168.950.677,57. Deste valor, parte foi desembolsado em agosto de 2015 no montante de R\$ 49.384.283,05 (29,2% já utilizados). O saldo de R\$ 119.566.394,52 será desembolsado em até 540 dias.

Por fim, crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativo ao financiamento da nova planta da Volare no estado do Espírito Santo, contratado em junho de 2013, e aditivado em agosto de 2015, no valor de R\$ 290.232.889,00, sendo financiado o valor de R\$ 202.471.274,30. Deste valor, R\$ 81.556.922,19 (40,3% já utilizados) foram desembolsados até dezembro de 2015. O saldo de R\$ 120.914.352,12 será desembolsado em até 360 dias.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 3.659,3 milhões em 2013, 8,6% acima dos R\$ 3.369,9 milhões do exercício de 2012. Este resultado é proveniente do aumento das unidades registradas na receita líquida, especialmente de modelos rodoviários e Volares. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 2.509,1 milhões ou 68,6% da receita líquida total (68,2% em 2012). As exportações, somadas aos negócios no exterior, atingiram a receita de R\$ 1.150,2 milhões ou 31,4% do total, contra R\$ 1.070,0 milhões no exercício anterior, crescimento de 7,5%.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 3.400,2 milhões em 2014, 7,1% abaixo dos R\$ 3.659,3 milhões do exercício de 2013. O resultado é decorrente principalmente da redução de 14,1% das unidades registradas na receita líquida no mercado interno e do menor faturamento de chassis. As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 2.252,0 milhões ou 66,2% da receita líquida total (68,6% em 2013). As exportações, somadas aos negócios no exterior, atingiram a receita de R\$ 1.148,2 milhões ou 33,8% do total.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.739,1 milhões em 2015, 19,4% abaixo dos R\$ 3.400,2 milhões do exercício de 2014. O resultado foi parcialmente compensado com o aumento de 51,7% nas receitas de exportações, impulsionada pela desvalorização de 47,0% do real frente ao dólar americano em 2015.

As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 1.263,5 milhões ou 46,1% da receita líquida total (66,2% em 2014). As exportações, somadas aos negócios no exterior, atingiram a receita de R\$ 1.475,6 milhões ou 53,9% do total.

Em 2013, o lucro bruto totalizou R\$ 730,5 milhões, 5,4% superior aos R\$ 693,0 milhões de 2012, ou 20,0% da receita líquida (20,6% em 2012). Assim como a receita, o crescimento do lucro decorre do aumento das unidades registradas na receita líquida, especialmente de modelos rodoviários e Volares.

Em 2014, o lucro bruto totalizou R\$ 592,3 milhões, 18,9% inferior aos R\$ 730,5 milhões de 2013, ou 17,4% da receita líquida (20,0% em 2013). O menor percentual sobre a receita é basicamente reflexo do menor volume e do *mix* mais leve de modelos rodoviários em Ana Rech – foram produzidos 1.175 rodoviários a menos em 2014 do que em 2013 no Brasil – que gerou menor eficiência industrial. A indefinição sobre as regras do modelo de autorização das linhas interestaduais e internacionais no Brasil foi a principal causa para essa queda de volume e pelo *mix* mais leve. Além disso, os impactos provenientes das curvas de aprendizado na Marcopolo Rio e no México, e o desempenho da Volgren, na Austrália, afetado pelo Programa de Transformação, também impactaram as margens consolidadas da Companhia.

Em 2015, o lucro bruto totalizou R\$ 476,0 milhões, representando 17,4% da receita líquida. Apesar da queda na produção total e do *mix* mais leve de produtos destinados ao mercado interno brasileiro, a margem bruta manteve-se estável quando comparada à margem do ano anterior. Isso é reflexo da maior contribuição das exportações na receita consolidada, cujas margens estão sendo beneficiadas pela desvalorização cambial do real em relação ao dólar americano, e das ações da Companhia para mitigar os efeitos da retração do mercado interno em seus resultados operacionais.

As despesas com vendas somaram R\$ 179,9 milhões em 2013, ou 4,9% da receita líquida, contra R\$ 195,6 milhões, ou 5,8% da receita, em 2012. A redução das despesas com vendas é explicada pela reversão de provisão para devedores duvidosos no montante líquido de R\$ 6,8 milhões em 2013, enquanto que em 2012 houve uma constituição de R\$ 12,2 milhões.

As despesas com vendas somaram R\$ 196,4 milhões em 2014, ou 5,8% da receita líquida, contra R\$ 179,9 milhões, ou 4,9% da receita, em 2013. O aumento dessas despesas decorre principalmente por provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa no segmento industrial no valor de R\$ 9,9 milhões, contra uma reversão de R\$ 2,7 milhões em 2013.

As despesas com vendas somaram R\$ 164,8 milhões em 2015, ou 6,0% da receita líquida, contra R\$ 196,4 milhões, ou 5,8% da receita, em 2014. A redução do valor absoluto decorre basicamente do menor volume de comissões pela diminuição das vendas.

Em 2013, o saldo líquido das outras receitas e despesas operacionais foi de R\$ 6,9 milhões negativos decorrentes de pagamento e provisionamento de contingências tributárias e trabalhistas.

Em 2014, foram contabilizados R\$ 5,4 milhões como "Outras Receitas Operacionais" provenientes, principalmente, de créditos tributários.

Em 2015, foram contabilizados R\$ 19,6 milhões como "Outras Despesas Operacionais". Esse valor advém de despesas e provisões para indenizações trabalhistas no valor de R\$ 16,4 milhões, decorrentes das reestruturações internas nas áreas indiretas e administrativas.

O resultado financeiro líquido de 2013 foi negativo em R\$ 4,6 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 25,6 milhões em 2012. O menor resultado decorre do custo proveniente, principalmente de captações de recursos para o investimento na New Flyer.

O resultado financeiro líquido de 2014 foi positivo em R\$ 11,1 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 4,6 milhões em 2013. Esse resultado é em grande parte explicado pelo rendimento das aplicações financeiras, decorrente do aumento das taxas de juros.

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$ 38,4 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 11,1 milhões em 2014. Esse resultado é decorrente da variação cambial sobre o passivo em moeda norte americana. A abertura do resultado financeiro é apresentada detalhadamente na Nota Explicativa nº 26 às Demonstrações Financeiras.

O lucro líquido de 2013 atingiu R\$ 292,1 milhões, com margem líquida de 8,0%, contra R\$ 302,4 milhões e margem de 9,0% em 2012. A redução do lucro decorre do menor resultado financeiro em 2013.

O lucro líquido de 2014 atingiu R\$ 224,1 milhões, com margem líquida de 6,6%, contra R\$ 292,1 milhões e margem de 8,0% em 2013. Esse resultado é explicado pelos mesmos fatores apontados para a queda da margem bruta e pelo aumento das despesas com vendas, compensado, em parte, por um melhor resultado financeiro e pelo resultado da equivalência patrimonial.

O lucro líquido de 2015 atingiu R\$ 89,1 milhões, com margem líquida de 3,3%. Esse resultado é reflexo da menor demanda e do *mix* mais leve de produtos destinados ao mercado interno brasileiro, somado a maior dificuldade de repasses de preços. Além disso, o lucro líquido foi impactado pelo resultado negativo reportado via equivalência

patrimonial da coligada MVC – Componentes Plásticos Ltda, pelas despesas e provisões mencionadas no item Outras Despesas Operacionais e pela maior despesa financeira resultante da variação cambial sobre o passivo em dólar americano.

Em 2013, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 180,0 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 300,0 milhões, enquanto que as atividades de financiamento geraram R\$ 366,2 milhões, sendo R\$ 510,4 milhões líquidos de captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos, R\$ 136,0 milhões consumidos no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio e R\$ 8,2 milhões referentes ao saldo líquido de vendas e compras de ações durante o ano. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 374,2 milhões, somando R\$ 4,4 milhões de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 624,7 milhões ao final do ano.

Em 2014, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 72,0 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 107,3 milhões, enquanto que as atividades de financiamento geraram R\$ 47,6 milhões, sendo R\$ 185,0 milhões líquidos de captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos, R\$ 121,9 milhões consumidos no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio e R\$ 15,5 milhões referentes ao saldo de ações em tesouraria. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 624,7 milhões, somando R\$ 5,6 milhões de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 642,6 milhões ao final do ano. Considerando as aplicações financeiras, o saldo de caixa em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 915,6 milhões.

Em 2015, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 491,2 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 127,6 milhões, enquanto que as atividades de financiamento geraram R\$ 93,3 milhões, sendo R\$ 177,4 milhões líquidos de captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos, R\$ 86,9 milhões consumidos no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio e R\$ 2,8 milhões referentes ao saldo de ações em tesouraria. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 642,6 milhões, somando R\$ 31,5 milhões de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 1.131,2 milhões ao final do ano. Considerando as aplicações financeiras, o saldo de caixa em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.365,2 milhões.

10.2.

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Do total da receita líquida consolidada de 2013, 67,3% originou-se das vendas de carrocerias, 22,8% da comercialização de Volares, e 9,9% das receitas de peças, do Banco Moneo e de chassis.

Do total da receita líquida consolidada de 2014, 69,6% originou-se das vendas de carrocerias, 23,5% da comercialização de Volares, e 6,9% das receitas de peças, do Banco Moneo e de chassis.

Do total da receita líquida consolidada de 2015, 74,3% originou-se das vendas de carrocerias, 13,0% da comercialização de Volares, e 12,7% das receitas de peças, do Banco Moneo e de chassis.

As tabelas abaixo mostram mais detalhadamente a origem da receita consolidada por linha de produtos (em %)

2015	2014	2013
Rodoviários – 38,2%	Rodoviários – 35,8%	Rodoviários – 35,0%
Urbanos – 33,3%	Urbanos – 30,9%	Urbanos – 29,1%
Micros – 2,8%	Micros – 2,9%	Micros – 3,2%
Volare – 13,0%	Volare – 23,5%	Volare – 22,8%
Chassi – 3,4%	Chassi – 1,6%	Chassi – 4,3%
Bco. Moneo Peças, Outros – 9,3%	Bco. Moneo Peças, Outros – 5,3%	Bco. Moneo Peças, Outros – 5,6%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2013, o lucro bruto totalizou R\$ 730,5 milhões, 5,4% superior aos R\$ 693,0 milhões de 2012, ou 20,0% da receita líquida (20,6% em 2012). Assim como a receita, o crescimento do lucro decorre do aumento das unidades registradas na receita líquida, especialmente de modelos rodoviários e Volares.

Em 2014, o lucro bruto totalizou R\$ 592,3 milhões, 18,9% inferior aos R\$ 730,5 milhões de 2013, ou 17,4% da receita líquida (20,0% em 2013). O menor percentual sobre a receita é basicamente reflexo do menor volume e do *mix* mais leve de modelos rodoviários em Ana Rech – foram produzidos 1.175 rodoviários a menos em 2014 do que em 2013 no Brasil – que gerou menor eficiência industrial. A indefinição sobre as regras do modelo de autorização das linhas interestaduais e internacionais no Brasil foi a principal causa para essa queda de volume e pelo *mix* mais leve. Além disso, os impactos provenientes das curvas de aprendizado na Marcopolo Rio e no México, e o desempenho da Volgren, na Austrália, afetado pelo Programa de Transformação, também impactaram as margens consolidadas da Companhia.

Em 2015, o lucro bruto totalizou R\$ 476,0 milhões, representando 17,4% da receita líquida. Apesar da queda na produção total e do mix mais leve de produtos destinados ao mercado interno brasileiro, a margem bruta manteve-se estável quando comparada à margem do ano anterior. Isso é reflexo da maior contribuição das exportações na receita consolidada, cujas margens estão sendo beneficiadas pela desvalorização cambial do real em relação ao dólar americano, e das ações da Companhia para mitigar os efeitos da retração do mercado interno em seus resultados operacionais.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações cambiais entre o Real, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e as moedas dos países onde opera.

A fabricação de ônibus é realizada em dezessete unidades fabris, sendo cinco no Brasil (duas unidades em Caxias do Sul – RS, uma em Duque de Caxias – RJ, uma em São Mateus – ES, além de participação de 45,0% na empresa San Marino Ônibus e Implementos Ltda., também em Caxias do Sul – RS), e doze no exterior, sendo uma unidade própria na África do Sul, três na Austrália, além de coligadas/controladas na Argentina (2), Colômbia, Egito, Índia (2), México e China. A Marcopolo detém ainda 40,0% de participação na empresa Spheros (climatização e ar-condicionado), 30,0% na Wsul (espumas para assentos), 65,0% na Apolo (soluções em plásticos), 26,0% na MVC (componentes plásticos), e 19,97% na empresa canadense New Flyer Industries, Inc. Importante salientar que a participação da Marcopolo na New Flyer é totalmente líquida, não havendo qualquer restrição seja para venda da participação ou mesmo para aumento da mesma. A New Flyer Industries, Inc. é uma Companhia aberta listada na Bolsa de Valores de Toronto.

Além das empresas mencionadas, a Marcopolo detém o controle integral do Banco Moneo S.A., constituído para dar suporte ao financiamento dos produtos da Companhia. Por consequência, cada operação apura seus resultados em sua moeda funcional e as oscilações no câmbio entre essa moeda e o Real podem afetar os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados apresentados nos últimos 3 anos foram influenciados por vários fatores como: o crescimento do PIB brasileiro, as favoráveis condições de financiamento, o câmbio mais competitivo para as empresas exportadoras, a demanda por renovação da frota de ônibus, o programa “Caminho da Escola” do Governo Federal e a baixa inflação de materiais.

O ano de 2013 caracterizou-se como um ano de novos desafios e turbulências para a indústria de ônibus e carrocerias no Brasil, principalmente ao longo do segundo semestre.

Em junho, as manifestações populares, que iniciaram em decorrência do aumento anunciado das tarifas de ônibus e que depois se somaram a outras reivindicações, exigiram a redução das tarifas e melhorias no transporte público. Como consequência, alguns governos municipais decidiram por congelar as tarifas de ônibus urbanos.

Até então, a Marcopolo vinha operando com bons volumes de pedidos em carteira, tanto de modelos rodoviários como urbanos. A partir do 4T13, em decorrência do congelamento das tarifas, a demanda por ônibus urbanos foi reduzida. Somado a isso, a publicação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) do edital de licitação das linhas interestaduais trouxe incertezas também para o mercado de ônibus rodoviários, afetando a entrada de novos pedidos.

A despeito do cenário mais desafiador, a receita líquida da Marcopolo cresceu 9,1% no mercado interno e 7,5% no mercado externo em comparação com o ano anterior. A produção no Brasil cresceu 5,0% em relação a 2012, e a produção mundial consolidada aumentou 4,0% no mesmo período.

Embora seja inegável que as ações em todas as esferas do governo, tanto federal, estadual e municipal, visem prover um transporte público mais organizado, com ônibus mais novos e que propiciem maior conforto e rapidez aos usuários, especialmente através de sistemas de BRTs (Bus Rapid Transit), os impactos a curto prazo refletiram em uma demanda mais fraca ao final de 2013 e ainda trazem incertezas para o setor de ônibus no Brasil.

Todavia, no médio e longo prazo, estas ações deverão convergir para uma aceleração na renovação da frota de ônibus para atender as novas exigências e regulamentações, dentre as quais a limitação da idade máxima e a maior frequência de operações, beneficiando as empresas fabricantes de carrocerias.

No mercado externo, a receita advinda das exportações a partir do Brasil foi beneficiada pela desvalorização do Real frente ao dólar norte americano e pelo Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (REINTEGRA), válido até o final de 2013. Em relação às unidades controladas da Marcopolo no exterior, o destaque foi a Volgren na Austrália, cuja produção aumentou 21,6% em 2013 em relação a 2012. No total, as operações da Marcopolo no exterior contribuíram com um volume de 2.154 unidades em 2013.

Quanto ao financiamento, a linha de crédito FINAME-PSI do BNDES foi renovada até o final de 2014 com juros de 6,0% ao ano, ainda atrativa para a aquisição de bens de capital no Brasil.

No final do ano, o Governo Federal anunciou um novo pregão eletrônico referente ao programa "Caminho da Escola", para a compra de até 8.000 unidades. A Marcopolo, conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 04 de fevereiro de 2014, habilitou-se a produzir e fornecer até 4.100 unidades. Desse volume, cujas entregas deverão se estender por 2014 e que estão em fase de formalização da documentação, 1.500 unidades deverão ser produzidas pela empresa em sua unidade Volare, localizada em Caxias do Sul, RS, e 2.600 unidades deverão ser produzidas na Marcopolo Rio, localizada em Duque de Caxias, RJ.

No dia 23 de janeiro de 2013, a Marcopolo assinou contrato de investimento estratégico no valor de C\$116,4 milhões (dólares canadenses) para subscrever, em duas parcelas, 11.087.834 novas ações ordinárias da New Flyer Industries Inc. (NFI), representando 19,99% do capital social dessa Companhia. A primeira parcela foi utilizada pela NFI para adquirir a parte de reposição de peças (after market) da empresa Orion, e a segunda para financiar parte da aquisição da empresa NABI (North American Bus Industries).

Em 05 de agosto a Companhia anunciou o aumento do capital social, que passou de R\$ 700,0 milhões para R\$ 1,2 bilhão. O aumento aprovado ocorreu com bonificação de 448.450.042 ações. Assim, o número total de ações ON passou para 341.625.744 ações e 555.274.340 ações PNs, totalizando 896.900.084 ações. Este aumento de capital decorreu da necessidade da Companhia de incorporar parte das reservas de lucro, cujo limite fora ultrapassado.

No dia 25 de novembro, o Conselho de Administração aprovou a recompra de até vinte milhões de ações preferenciais, correspondendo a 3,6% do total das ações preferenciais de emissão da Companhia em circulação no mercado, com prazo de encerramento em 25 de março de 2014.

Ainda em 2013, a Marcopolo realizou o lançamento da nova geração do modelo urbano Torino. O novo modelo apresenta materiais mais leves e modernos que aumentam a eficiência e a funcionalidade do veículo.

O ano de 2014 trouxe grandes desafios para o setor de ônibus no Brasil. A Marcopolo, com o intuito de se adequar ao momento menos favorável, não mediu esforços no sentido de melhorar sua eficiência operacional e de reduzir custos, mostrando seu potencial de adaptação e resiliência em diferentes cenários.

As curvas de aprendizado referente ao lançamento do modelo urbano na unidade da Marcopolo Rio, bem como pelo processo de nacionalização do rodoviário Paradiso 1200, na unidade do México, e também pelo Programa de Transformação em andamento na unidade da Austrália, afetaram as margens da Companhia no ano.

No segmento de rodoviários, a demanda foi afetada pela indefinição do modelo de concessão das linhas interestaduais e internacionais no Brasil e pela menor demanda

no segmento de fretamento. Em relação ao primeiro ponto, ainda que a definição pelo modelo de autorização tenha sido sancionada pela presidente em junho, a falta de regulamentação por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) trouxe e ainda traz incertezas para os empresários do setor, que por esse motivo, seguem postergando investimentos na renovação de suas frotas. Sobre o segmento de fretamento, o menor crescimento do PIB brasileiro e conseqüentemente a retração na atividade industrial, acabaram por afetar a demanda por ônibus utilizados no transporte de funcionários.

No segmento de urbanos, o congelamento das tarifas nas principais cidades brasileiras, especialmente após as manifestações populares de junho de 2013, refletiu em uma menor demanda por ônibus das empresas do setor. Os recentes reajustes de tarifas praticados em mais de oitenta cidades nos últimos seis meses, aliado a maiores exigências de alguns municípios, tais como a implementação de sistemas de ar-condicionado e a limitação da idade da frota, já sinaliza uma retomada de pedidos de urbanos no país.

Em relação ao programa Caminho da Escola, o último pregão (Fase 6) foi realizado em janeiro de 2014. A Marcopolo, conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 04 de fevereiro de 2014, habilitou-se a produzir e fornecer até 4.100 unidades, dos quais foram produzidos e faturados em 2014 aproximadamente 40% do lote. Devido às restrições orçamentárias do Governo Federal, até a presente data não há definição pela compra das unidades faltantes da Fase 6, nem mesmo de um novo pregão em 2015. Desde o início do programa, a Marcopolo entregou mais de 16,0 mil veículos escolares, entre Volares e Urbanos.

No mercado externo, apesar do menor volume faturado, as margens mostraram certa recuperação, tanto pela desvalorização do real, como pela volta do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) a partir de outubro, de forma permanente, que ajudaram a compensar, em parte, a retração das margens no mercado doméstico.

Além do retorno do Reintegra, importante destacar a Medida Provisória nº 651, convertida em Lei de número 13.043/14, que tornou a desoneração da folha de pagamento permanente.

Nas operações do exterior, os destaques positivos foram as unidades da Polomex, no México, e da Masa, na África do Sul, cujas produções cresceram 18,4% e 24,8%, respectivamente, em 2014. No México, este aumento é explicado pelo início da produção local do modelo rodoviário Paradiso 1200 da Geração 7.

Mesmo sendo um ano desafiador, com retração do mercado e conseqüente queda no volume de produção em todos os segmentos, aliado à introdução de novos produtos, que em um primeiro momento afetaram a performance da Companhia, a Marcopolo continuou entregando um retorno sobre o capital investido (ROIC) acima do custo

médio ponderado do capital (*WACC*), e manteve seu *market share* estável em todos os segmentos. É importante destacar que a Marcopolo vem conseguindo manter esse spread (*ROIC* – *WACC*) há muitos anos, sem perder *market share*, mesmo em momentos adversos, o que demonstra sua resiliência.

A atual conjuntura econômica e a instabilidade política do Brasil afetaram profundamente o segmento de bens de capital no país. Como consequência, o ano de 2015 foi de retração para a indústria de carrocerias de ônibus e trouxe grandes desafios para as empresas do setor. Para adequar-se ao cenário adverso, a Marcopolo implementou medidas visando à mitigação do impacto no quadro de pessoal e nos resultados operacionais.

Em relação aos colaboradores, a Companhia adotou planos de flexibilização da jornada de trabalho, férias coletivas e, a partir de janeiro de 2016, lay-off de até cinco meses na Marcopolo Rio, unidade especializada na produção de ônibus urbanos, situada em Duque de Caxias/RJ.

No âmbito operacional, a Marcopolo criou forças-tarefas para acelerar as atividades críticas que ajudem a Companhia a superar as dificuldades de um mercado interno ainda estagnado em um nível abaixo do histórico. A primeira delas foca no aumento das exportações através do fortalecimento da atuação nos mercados tradicionais da América Latina e também da cobertura de novos mercados e ampliação do portfólio de clientes no exterior. A segunda força-tarefa visa à melhora operacional através do encurtamento dos tempos de ciclo de produção, do aumento da eficiência e da otimização das unidades fabris. A terceira força-tarefa diz respeito às ações estruturadas, buscando a redução de despesas e custos indiretos.

No Volare, a menor demanda de veículos escolares provenientes do programa Caminho da Escola, bem como o atraso no pagamento do Governo Federal dos valores faturados através desse programa, afetaram os resultados do negócio. Em contrapartida, o crescimento de 44,3% no volume físico exportado e a redução dos recebíveis compensaram, em parte, o impacto nos resultados desse segmento.

No início do ano de 2015, a unidade Volare São Mateus/ES iniciou as atividades através da montagem de kits (CKDs) enviados de Caxias do Sul. Mesmo em um ano desafiador, o Volare lançou os modelos V8L RHD, V9L, WL Urbano e Access, contribuindo para aumentar a competitividade da marca no seu mercado de atuação. O lançamento do Volare Cinco está previsto para o primeiro semestre de 2016.

No segmento de urbanos, além do menor volume para o programa Caminho da Escola, os atrasos nos processos licitatórios em algumas cidades do país, o aumento do custo do financiamento para aquisição de ônibus e os atrasos em obras de mobilidade urbana foram fatores determinantes para a menor demanda no período.

No segmento de ônibus rodoviários, o ano foi caracterizado pela retração de 40,1% na demanda do mercado interno brasileiro em relação a 2014, e 55,9% se comparado com o ano de 2013. Os principais fatores que explicam essa queda foram o aumento do custo do financiamento, a retração do PIB brasileiro, que afetou o segmento de fretamento, e as incertezas em relação à regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros sob o regime de autorização, que só foi publicada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em junho de 2015.

Em relação ao programa Caminho da Escola, o último pregão foi realizado em dezembro de 2015. No total dos pregões eletrônicos em 2015, a Marcopolo habilitou-se a produzir e fornecer até 1.550 unidades. Entretanto, devido às restrições orçamentárias do Governo Federal, até a presente data não há definição pela aquisição dessas unidades. A Companhia segue engajada na busca pelo recebimento dos valores ainda em aberto referentes ao volume faturado entre os anos de 2014 e 2015 que, em 31.01.2016, totalizava R\$ 83,8 milhões.

Nas operações do exterior, o destaque foi a Volgren, na Austrália, que passou a colher os frutos da implementação do programa de transformação em suas unidades fabris e apresentou melhora nos resultados operacionais em relação a 2014. Na New Flyer Inc. (NFI), empresa na qual a Marcopolo detém participação societária de 19,97%, o destaque foi a aquisição da Motor Coach Industries International - MCI, maior produtor norte-americano de ônibus rodoviários, pelo valor de US\$ 455 milhões. A NFI anunciou ainda o aumento de 12,9% no valor dos dividendos por ação, passando de C\$ 0,62 para C\$ 0,70 ao ano a partir de 2016. Mais informações sobre o desempenho das coligadas e controladas da Marcopolo no exterior estão no item 16 desse relatório.

No segmento de ônibus, a Marcopolo lançou cinco novos modelos: o rodoviário Paradiso 1350, o intermunicipal Ideale, e os urbanos Torino Express (articulado), Torino Low Entry (piso baixo) e o Torino Motor Traseiro. Com esses lançamentos, a Companhia atende a praticamente todos os nichos de mercado no Brasil e no exterior, e busca estimular os clientes a promoverem a renovação de suas frotas por veículos mais eficientes, modernos, seguros e confortáveis. Desde 2008, a Marcopolo já promoveu o lançamento de mais de 100 novos modelos em todo o mundo.

A Marcopolo anunciou através de Fato Relevante divulgado em 03.11.2015, que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura de uma carta de intenções, não vinculante, que tem por objetivo estabelecer as bases e os princípios para uma potencial incorporação da L&M, controladora direta da San Marino Ônibus Ltda. (Neobus). A Companhia segue no aguardo da obtenção da aprovação pelas autoridades de defesa de concorrência e da finalização do processo de due diligence.

Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado no dia 25 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Marcopolo anunciou a nomeação de Francisco Gomes Neto para o cargo de diretor geral da empresa. O executivo tomou posse no dia 10 de agosto e sucedeu a José Rubens de la Rosa. A mudança fez parte do processo de sucessão da Companhia, em curso desde 2013.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O aço e o alumínio são os principais insumos metálicos no custo de produção da Marcopolo. No Brasil, os preços destes insumos vêm se mantendo estáveis nos últimos exercícios, de modo que a inflação de materiais não vem afetando as margens da Companhia. Por outro lado, a inflação de mão de obra, que representa cerca de 26% do custo de produção da Marcopolo, atualmente é a principal preocupação da Companhia.

O resultado financeiro líquido de 2013 foi negativo em R\$ 4,6 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 25,6 milhões em 2012. O menor resultado decorre principalmente do custo proveniente de captações de recursos para o investimento na New Flyer.

O resultado financeiro líquido de 2014 foi positivo em R\$ 11,1 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 4,6 milhões em 2013. Esse resultado é em grande parte explicado pelo rendimento das aplicações financeiras, decorrente do aumento das taxas de juros.

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$ 38,4 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 11,1 milhões em 2014. Esse resultado é decorrente da variação cambial sobre o passivo em moeda norte americana.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 03/11/2015, o Conselho de Administração da Marcopolo aprovou a celebração entre a Marcopolo e a L&M Incorporadora Ltda. ("L&M"), controladora direta da San Marino Ônibus Ltda. ("Neobus"), de uma carta de intenções não vinculante ("Carta de Intenções"), tendo por objetivo estabelecer as bases e os princípios que regularão as negociações para uma potencial incorporação da L&M pela Marcopolo ("Operação"). Em virtude da incorporação, os quotistas da L&M, em substituição às suas quotas da L&M que serão

extintas, receberão 27.710.582 ações preferenciais de emissão da Marcopolo. A consumação da Operação está sujeita à implementação de diversas condições, incluindo, entre outras, aprovação da incorporação pelos órgãos sociais competentes da Marcopolo e da L&M, conclusão satisfatória de due diligence na L&M e na Neobus, e em suas respectivas controladas, não alteração relevante do endividamento financeiro líquido da Neobus, obtenção da aprovação pelas autoridades de defesa da concorrência, e que seja alcançado acordo com relação aos Documentos Definitivos da Operação.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10.4.

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações pela adoção das IFRS 10 e 11 (CPC 36- R3 e CPC 19 – R2)

IFRS 10/CPC 36 R3 – Demonstrações financeiras consolidadas

Com a aplicação obrigatória desde 1º de janeiro de 2013, o IFRS 10/CPC 36 R3 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, amplia o conceito de Controle levando em consideração o poder e os retornos que um participante possui sobre um investimento. Neste contexto, um cenário de participação acionária com direitos de voto é analisado em conjunto com direitos substantivos que possam dar poder sobre as atividades relevantes da investida. Se caracterizado o controle, a controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e as transações com participações não controladoras, como transações com proprietários de ativos da Companhia, são apresentadas dentro do patrimônio líquido como “participação de acionistas não controladores”. A Companhia não teve alterações com a adoção do IFRS 10.

IFRS 11/CPC 19 R2 – Negócios em conjunto

Com aplicação obrigatória desde 1º de janeiro de 2013, o IFRS 11/CPC 19 R2 – “Negócios em conjunto” provê reflexões mais realistas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés da sua forma legal prevendo dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto – que normalmente ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas (consolidação proporcional); e (ii) empreendimento controlado em conjunto – ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. Neste caso a consolidação proporcional não é mais permitida.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com base na nova norma mencionada acima, a Companhia realizou uma avaliação dos seus negócios em conjunto, reclassificando-os para empreendimentos controlados em conjunto. Assim esses negócios em conjunto passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial, deixando de serem avaliados com base na consolidação proporcional. Com isso, os valores comparativos divulgados, referentes aos períodos encerrados até 31 de dezembro de 2012, deixam de refletir a consolidação proporcional das suas controladas em conjunto, compostas pelas empresas: San Marino Ônibus e Implementos Ltda., San Marino Bus de México S.A. de C.V., Rotas do Sul Logística Ltda., FCO Participações Indústria e Comércio de Componentes Ltda., GB Polo Bus Manufacturing S.A.E., Loma Hermosa S.A., Metalpar S.A., Metalsur Carrocerias S.R.L., Marcopolo Argentina S.A., Superpolo S.A., Hanegas S.A.S., Tata Marcopolo Motors Limited.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Diretoria da Companhia adota políticas contábeis que, em caso de alteração, acarretaria possíveis mudanças em razão das demonstrações financeiras refletirem informações próximas da realidade. As principais políticas estão destacadas abaixo:

Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa. A Companhia efetua análise mensal e individual da qualidade dos créditos de seus clientes, levando principalmente em consideração a posição financeira e as experiências passadas. Para fazer face destes riscos de créditos a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa o qual entende ser suficiente para cobrir possíveis perdas.

Imposto de renda e contribuição social diferido. São constituídos com base em expectativas de geração de lucros tributáveis futuros e possuem como principais diferenças temporais passivos como benefícios a empregados, comissões, assistência técnica e outros passivos com menores créditos.

Teste de recuperabilidade de ativos. O teste de recuperabilidade de ativos com vida útil indefinida é realizado anualmente em cada data de elaboração das demonstrações financeiras ou quando existir evidência da necessidade de realização do mesmo.

Provisões para contingências. As provisões para contingências são embasadas na opinião dos assessores jurídicos e a Administração considera o montante provisionado suficiente para cobrir prováveis perdas com as ações em curso.

Plano de pensão. A Companhia é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras. Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica

10.8. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Devido às indefinições econômicas e incertezas relacionadas ao seu setor de atuação, a Companhia optou até o presente momento, pela não divulgação das projeções para 2016 (*Guidance*), o que inclui também os investimentos previstos.

Entretanto, a Companhia possui uma linha de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativo à nova planta da Volare no estado do Espírito Santo, contratado em junho de 2013, e aditivado em agosto de 2015, no valor de R\$ 290.232.889,00, sendo financiado o valor de R\$ 202.471.274,30. Deste valor, R\$ 81.556.922,19 (40,3% já utilizados) foram desembolsados até dezembro de 2015. O saldo de R\$ 120.914.352,12 será desembolsado em até 360 dias.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos para 2016 serão financiados basicamente através da geração própria de caixa, linhas do BNDES, linhas da FINEP.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Marcopolo assinou, conforme fato relevante publicado no dia 11 de junho de 2012, Protocolo de Intenções com o Governo do Estado do Espírito Santo e com o Município de São Mateus, objetivando a instalação de uma nova unidade de montagem de veículos da linha Volare. Em janeiro de 2015 a fábrica iniciou a operação de montagem dos kits enviados de Caxias do Sul.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Em 2015 entrou em operação a nova unidade de montagem de veículos da linha Volare, no Estado do Espírito Santo. Para o primeiro semestre de 2016, a Companhia deverá realizar o lançamento do Volare Cinco.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Projeto junto FINEP, relativo ao financiamento de inovação de pesquisa e desenvolvimento da Marcopolo RIO, contratado em setembro de 2014 no valor de R\$ 32.084.274,00 sendo financiado o valor de R\$ 28.875.846,60. Deste valor, parte foi desembolsado em outubro de 2014 no valor de R\$ 13.161.610,88 (45,6% já utilizados). O saldo de R\$ 15.714.235,72 será desembolsado em até 540 dias.

Já na Marcopolo S.A., foi contratado um financiamento junto ao FINEP em maio de 2015, no valor de R\$ 211.188.346,97, sendo financiado o valor de R\$ 168.950.677,57. Deste valor, parte foi desembolsado em agosto de 2015 no montante de R\$ 49.384.283,05 (29,2% já utilizados). O saldo de R\$ 119.566.394,52 será desembolsado em até 540 dias.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Para meados deste ano, a Companhia deverá realizar o lançamento do Volare Cinco.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.8.c.ii.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar.

PROPOSTA ADMINISTRAÇÃO DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Em cumprimento ao disposto no inciso II, § 1º, do Artigo 9º da Instrução CVM 481/09, a administração informa o quanto segue:

1. Lucro líquido do exercício 2015: R\$ 86.948.355,36 (Oitenta e seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos)
2. Montante global e valor por ação dos dividendos, considerando os juros sobre o capital próprio já declarados:

Na reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o pagamento de juros sobre o capital próprio à conta do exercício social de 2015, no valor total de R\$ 43.301.422,69 (Quarenta e três milhões, trezentos e um mil e quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos), valor esse imputado aos dividendos por conta do exercício de 2015, e já pagos em 30/06/2015 e 30/09/2015, a razão de R\$0,0243 por ação. Em reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração, considerando a atual conjuntura econômica e a instabilidade política do Brasil, e considerando, ainda, que o valor já pago aos acionistas a título de juros sobre o capital/dividendos corresponde a 49,80% do lucro líquido, deliberou pelo não pagamento de dividendos complementares.

3. Percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído:

Em sendo a proposta referida no item 1. acima aceita e aprovada pelos acionistas, ficará assim a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2015, no montante de R\$ 86.948.355,36 (Oitenta e seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos);

I - R\$ 4.347.417,77 (Quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezessete reais e setenta e sete centavos) para Reserva Legal, o que corresponde a 5% do Lucro Líquido;

II - R\$ 43.301.422,69 (Quarenta e três milhões, trezentos e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos) para pagamento de juros sobre o capital próprio a todas as ações da companhia, o que representa 49,80% do lucro líquido do exercício. Referido valor, deduzido o efeito tributário de R\$ 6.495.213,40 (Seis milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e treze reais e quarenta centavos), referente aos juros sobre o capital próprio, resulta em R\$ 36.806.209,29 (Trinta e seis milhões, oitocentos e seis mil, duzentos e nove reais e vinte e nove centavos); e,

III - o saldo remanescente, no montante de R\$ 39.299.514,90 (Trinta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e quatorze reais e noventa centavos) será destinado, na sua totalidade, para as seguintes reservas estatutárias:

- Reserva para futuro aumento de capital – R\$ 27.509.660,43 (Vinte e sete milhões, quinhentos e nove mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), o que corresponde a 70% do remanescente do lucro líquido;
- Reserva para pagamento de dividendos intermediários – R\$ 5.894.924,24 (Cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos), o que corresponde a 15% do remanescente do lucro, e seu saldo corresponde a 6,71% do capital social, não excedendo, portanto, o limite máximo permitido pelo Estatuto Social, que é de 10% do capital social; e
- Reserva para compra das próprias ações – R\$ 5.894.924,24 (Cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos), o que

corresponde a 15% do remanescente do lucro, e seu saldo corresponde a 6,71% do capital social, não excedendo, portanto, o limite máximo permitido pelo Estatuto Social, que é de 10% do capital social.

- 3.1. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2015, é de R\$ 43.301.422,69 (Quarenta e três milhões, trezentos e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos), e representa 49,80% do lucro líquido do exercício, sendo que o valor líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 36.806.209,29 representa 42,33% do lucro líquido;
 - 3.2. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2014, foi de R\$97.878.491,59, e representou 44,06% do lucro líquido do exercício, sendo que o valor líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 90.199.824,33 representou 40,60% do lucro líquido;
 - 3.3. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2013, foi de R\$129.281.979,45, e representou 44,78% do lucro líquido do exercício, sendo que o valor líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 122.386.420,31 representou 42,39% do lucro líquido;
 - 3.4. O valor total dos dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2012, foi de R\$143.085.984,23, e representou 43,84% do lucro líquido do exercício, sendo que o valor líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 136.169.440,50, representou 46% do lucro líquido;
4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

No último exercício de 2015, nenhum valor foi pago a título de juros/dividendos com base em lucros de exercícios anteriores. O valor total pago refere-se ao lucro do próprio exercício.

	2012	2013 (*)	2014	2015
Montante global bruto dos juros/dividendos distribuídos	R\$ 143,1	R\$ 129,3	R\$ 97,9	R\$ 43,3
Valor bruto por ação dos juros/dividendos distribuídos	R\$ 0,32	R\$ 0,145	R\$ 0,110	R\$ 0,0243
- Juros s/capital próprio	R\$ 0,141	R\$ 0,07 (*)	R\$ 0,076	R\$ 0,0243
- Dividendos	R\$ 0,179	R\$ 0,075	R\$ 0,034	-

() Embora tenha sido pago JCP no valor total bruto por ação de R\$0,105, em razão da bonificação em 100% aprovada em 05.08.2013, o valor total bruto por ação foi ajustado para R\$0,07*

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:
 - a) Valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio: NÃO SE APLICA – Não há valor a informar, uma vez que os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos relativos ao exercício de 2015, na sua totalidade, já foram declarados antecipadamente;

- b) Forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio: NÃO DE APLICA, uma vez que não há valor a informar, conforme já informado na letra “a” deste item 5;
- c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio: NÃO SE APLICA, uma vez que não há valor a informar;
- d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio, considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: NÃO SE APLICA. Conforme já informado acima, todos os juros e dividendos já foram declarados antecipadamente, e creditados aos acionistas com base em posições acionárias anteriores a esta data.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores,
- a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados:
- R\$ 43.301.422,69
 - Em reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração deliberou pelo não pagamento de dividendos complementares;
- b) Informar a data dos respectivos pagamentos:
- Juros sobre o capital próprio 2015: Declarados em 23.02.2015 e pagos em 30.06.2015 e 30.09.2015;
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores; e b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos três exercícios anteriores:

Nos exercícios sociais de 2012, 2013, 2014 e 2015, os valores por ação relativos ao lucro líquido e aos juros e dividendos pagos pela Companhia, tanto para as ações ordinárias escriturais como para as ações preferenciais escriturais, são os seguintes:

	2012	(*)2013	2014	2015
Valor por ação do lucro líquido	R\$ 0,665	R\$ 0,3234	R\$ 0,2497	R\$ 0,9998
Valor por ação dos juros/dividendos	R\$ 0,32	R\$ 0,145	R\$ 0,110	R\$ 0,0243
- Juros s/capital próprio	R\$ 0,141	R\$ 0,070	R\$ 0,076	R\$ 0,0243
- Dividendos	R\$ 0,179	R\$ 0,075	R\$ 0,034	-

(*) Embora tenha sido pago JCP no valor total bruto por ação de R\$0,105, em razão da bonificação em 100% aprovada em 05.08.2013, o valor total bruto por ação foi ajustado para R\$0,07

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
- a) Identificar o montante destinado a reserva legal: R\$ 4.347.417,77.
- b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal: 5% do lucro líquido (5% de R\$ 86.948.355,36)
9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: NÃO SE APLICA. O capital da Companhia é distribuído em ações ordinárias escriturais e ações preferenciais escriturais, e todas tem direito de receber 25%, no mínimo, do remanescente do lucro líquido, após as deduções legalmente previstas, para pagamento de dividendos (a título de dividendo obrigatório). As ações preferenciais de emissão da companhia recebem o mesmo valor de dividendos pagos às ações ordinárias de emissão da Companhia.
10. Em relação ao dividendo obrigatório:
- a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:
- Artigo 36 (do Estatuto Social)**
Do lucro, após as deduções legalmente previstas, inclusive a formação da provisão para participação a empregados quando concedida, e da provisão de até 10% (dez por cento) para

participação aos administradores referidos no Artigo 25 deste Estatuto, será a seguinte a destinação do lucro líquido apurado:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, observado o disposto no Artigo 193, da Lei nº 6.404/76;*
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do remanescente, para o pagamento de dividendo à todas as ações da Companhia, a título de dividendo obrigatório;*

- b) Informar se ele está sendo pago integralmente: O valor total dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, pago nos últimos anos pela Companhia, ultrapassa em muito o mínimo obrigatório. Em 2012 representaram 48,34% do lucro líquido; em 2013 44,78% do lucro líquido; em 2014 44,06%; e, em 2015, representaram 49,80% do lucro líquido do exercício.
 - c) Informar o montante eventualmente retido: NÃO SE APLICA – Não foram retidos quaisquer valores
11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: NÃO SE APLICA, pois não houve retenção.
- a) Informar o montante da retenção: NÃO HOUVE RETENÇÃO
 - b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise e liquidez, ao capital de giro de fluxos de caixa positivos: NÃO HOUVE RETENÇÃO
 - c) Justificar a retenção dos dividendos: NÃO HOUVE RETENÇÃO
12. Havendo destinação do resultado para reserva de contingências: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
- a) Identificar o montante destinado à reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
 - b) Identificar a perda considerada provável e sua causa: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
 - c) Explicar porque a perda foi considerada provável: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
 - d) Justificar a constituição da reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
- No exercício de 2015 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e para Reserva de lucros a realizar, nem para Reserva de Incentivos Fiscais.**
13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
- a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
 - b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
- No exercício de 2015 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e para Reserva de lucros a realizar, nem para Reserva de Incentivos Fiscais.**
14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias
- a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva: VER ABAIXO (Art. 36)
 - b) Identificar o montante destinado à reserva: VER ÍTEM 3 ACIMA;
 - c) Descrever como o montante foi calculado: VER ÍTEM 3 ACIMA;
- No exercício de 2015 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e para Reserva de lucros a realizar, nem para Reserva de Incentivos Fiscais. Foi destinado o valor de R\$ 39.299.514,90 para as reservas estatutárias (Reserva para Futuro aumento de capital, Reserva para pagamento de dividendos intermediários e Reserva para compra das próprias ações), conforme já especificado no inciso III, do item 3 acima.**
15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital: NÃO HOUVE RETENÇÃO
- a) Identificar o montante da retenção: NÃO HOUVE RETENÇÃO
 - b) Fornecer cópia do orçamento de capital: NÃO HOUVE RETENÇÃO

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais
- Informar o montante destinado à reserva: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
 - Explicar a natureza da destinação: NÃO HOUVE DESTINAÇÃO
- No exercício de 2015 não houve destinação de resultado para Reserva de Contingências e para Reserva de lucros a realizar, nem para Reserva de Incentivos Fiscais.**

Cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas acima, e seus limites de constituição:

Artigo 36

Do lucro, após as deduções legalmente previstas, inclusive a formação da provisão para participação a empregados quando concedida, e da provisão de até 10% (dez por cento) para participação aos administradores referidos no Artigo 25 deste Estatuto, será a seguinte a destinação do lucro líquido apurado:

- 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, observado o disposto no Artigo 193, da Lei nº 6.404/76;*
- 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do remanescente, para o pagamento de dividendo à todas as ações da Companhia, a título de dividendo obrigatório;*
- o saldo remanescente do lucro líquido, por proposta da Administração, após a formação de reservas permitidas em lei que eventualmente venham a ser constituídas, será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas estatutárias: Reserva para futuro aumento de capital, para ser utilizada para futuro aumento de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social; Reserva para pagamento de dividendos intermediários, para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no Parágrafo 1º do Artigo 35 deste Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social; e Reserva para compra das próprias ações, a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.*

Parágrafo 1º.:

Quando o saldo de qualquer uma das reservas, legal e/ou estatutárias, exceder, individualmente, o limite estatutário, mas no seu conjunto não exceder o limite de 100% do capital social, o valor excedente será distribuído para as demais reservas estatutárias que não tenham atingido o limite máximo estatutário, na mesma proporção estabelecida na letra “c” do caput deste Artigo 36.

Parágrafo 2º.:

Quando o saldo total das reservas de lucros (reserva legal e reservas estatutárias), exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, no seu conjunto, excederem ao limite de 100% do capital social, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento de capital ou, ainda, na distribuição de dividendos.

Parágrafo 3º.:

A administração poderá, ainda, propor à Assembleia Geral a retenção de parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

PROPOSTA DESTINAÇÃO LUCRO LÍQUIDO: A administração da companhia submete à apreciação da Assembleia Geral, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício 2015:

- Em sendo a proposta acima aceita e aprovada pelos acionistas, ficará assim a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2015, no montante de R\$ 86.948.355,36 (Oitenta e seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos):

- I - R\$ 4.347.417,77 (Quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezessete reais e setenta e sete centavos) para Reserva Legal, o que corresponde a 5% do Lucro Líquido;
- II - R\$ 43.301.422,69 (Quarenta e três milhões, trezentos e um mil e quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos) para pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos a todas as ações da companhia; e,
- III - O saldo remanescente, no montante de R\$ 39.299.514,90 (Trinta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e quatorze reais e noventa centavos será destinado, na sua totalidade, para as seguintes reservas estatutárias:
 - Reserva para futuro aumento de capital – R\$ 27.509.660,43 (Vinte e sete milhões, quinhentos e nove mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), o que corresponde a 70% do remanescente do lucro líquido;
 - Reserva para pagamento de dividendos intermediários – R\$ 5.894.924,24 (Cinco milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos), o que corresponde a 15% do remanescente do lucro, e seu saldo corresponde a 6,71% do capital social, não excedendo, portanto, o limite máximo permitido pelo Estatuto Social, que é de 10% do capital social; e
 - Reserva para compra das próprias ações – R\$5.894.924,24 (Cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos), o que corresponde a 15% do remanescente do lucro, e seu saldo corresponde a 6,71% do capital social, não excedendo, portanto, o limite máximo permitido pelo Estatuto Social, que é de 10% do capital social.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente Ata, que é assinada pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria presentes.

Caxias do Sul, RS, 23 de fevereiro de 2016

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ELEIÇÃO de MEMBROS do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e do CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da MARCOPOLO S.A. (administradores), propõem aos acionistas que, na Assembleia Geral Ordinária convocada para o dia 30 de março de 2016, sejam eleitos membros do Conselho de Administração para um mandato de até dois anos, e membros do Conselho Fiscal para um mandato até a próxima AGO a ser realizada em 2017, os seguintes nomes indicados pelos acionistas controladores:

Para membros do Conselho de Administração: Srs. **PAULO CEZAR DA SILVA NUNES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF nº 185.816.920-87, Carteira de Identidade nº. 7000569058, expedida pela SSP/RS, com domicílio na Rua Eng. Olavo Nunes, nº 99/203, em Porto Alegre, RS, **como Conselheiro Independente**; **OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº. 037.057.307-20, Carteira de Identidade nº. 7.158.672-6, expedida pela SSP/SP, com domicílio na rua José de Cristo Moreira, nº 110, apto. 71, em São Paulo, SP, **como Conselheiro Externo**; **LUCIANO MOISÉS BADO**, brasileiro, casado, publicitário, Carteira de Identidade nº 1054229172, expedida pela SSP/RS, CPF nº 574.496.600-59, com domicílio na Avenida Marcopolo, nº 280, Bairro Planalto, em Caxias do Sul, RS, **como Conselheiro Externo**; **CARLOS ALBERTO CASIRAGHI**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 194.301.160-53, Carteira de Identidade nº 6006039371 expedida pela SSP/RS, com domicílio na rua Alfredo Chaves, nº 1485, apto. 801, em Caxias do Sul, RS, **como Conselheiro interno**; e **FLÁVIO CESAR MAIA LUZ**, brasileiro, casado, engenheiro civil, Carteira de Identidade nº 3.928.435-9, expedida pela SSP/SP, CPF nº 636.622.138-34, com domicílio na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, 5º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, SP.

Para membros do Conselho Fiscal: Sr. **FRANCISCO SERGIO QUINTANA DA ROSA**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, CPF nº 095.664.300-00, Carteira de Identidade nº 8008638994 - SSP/RS, residente e domiciliado na rua Santo Inácio, nº 139, apto. 702, Moinhos de Vento, na cidade de Porto Alegre, RS, como membro titular do Conselho Fiscal, e o Sr. **SÉRVULO LUIZ ZARDIN**, brasileiro, viúvo, economista, CPF nº 001.372.780-04, Carteira de Identidade nº 4006892337 - SSP/RS, residente e domiciliado na rua Cônego Viana, nº 240, 13º andar, na cidade de Porto Alegre, RS, como respectivo membro suplente.

Para fins do disposto no Artigo 10 da Instrução CVM 481/09 (itens 12.5 do Formulário de Referência), a seguir as informações relativas aos nomes até o momento indicados pelos controladores para compor o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscal, na AGO a ser convocada para o dia 30/03/2016:

Informações dos candidatos que serão indicados pelos acionistas controladores, na próxima Assembleia, para o cargo de membros do Conselho de Administração (Item 12.5 do Formulário de Referência – Instrução CVM nº 480):

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CONSELHO FISCAL

12.5 (a) NOME	PAULO CEZAR DA SILVA NUNES	OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO	LUCIANO MOISÉS BADO	CARLOS ALBERTO CASIRAGUI	FLAVIO CESAR MAIA LUZ
12.5 (b) Data Nascimento	13/01/1953	05/08/1946	02/06/1972	22/02/1955	27/07/1951
12.5 (c) Profissão	Administrador de empresas	Engenheiro Químico	Publicitário	Engenheiro	Engenheiro Civil
12.5 (d) CPF	185.816.920-87	037.057.307-20	574.496.600-59	194.301.160-53	636.622.138-34
12.5 (e) Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Administração	Vice-Presidente Conselho de Administração	Conselheiro Administração	Conselheiro de Administração	Conselheiro de Administração
12.5 (f) Data eleição	30/03/2016	30/03/2016	30/03/2016	30/03/2016	30/03/2016
12.5 (g) Data da posse	30/03/2016	30/03/2016	30/03/2016	30/03/2016	30/03/2016
12.5 (h) Prazo mandato	02 anos	02 anos	02 anos	2 anos	02 anos

12.5 (i) Outros cargos ou funções exercidos na companhia	Membro do Comitê de RH e Ética	Membro do Comitê de Estratégia e Inovação; e do Comitê de RH e Ética	Membro do Comitê Executivo e do Comitê de RH e Ética	Membro convidado do Comitê Executivo e membro do Comitê de Estratégia e Inovação	Não
12.5 (j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
12.5 (k) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, nem parte relacionada a controlador; não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, de controlador e/ou acionista controlador; não é fornecedor ou comprador de se serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa	NÃO	NÃO	NÃO	SIM. Critério utilizado: não tem qualquer vínculo com a Companhia; não é acionista controlador, nem parte relacionada a controlador; não foi, nos últimos 3 anos empregado ou diretor da Companhia, de controlador e/ou acionista controlador; não é fornecedor ou comprador de se serviços e/ou produtos da Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade que esteja demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; não é cônjuge ou parente até 2º grau de algum administrador da Companhia; não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo que ocupa
12.5 (l) Numero de mandatos consecutivos	Dois	Dois	Dois	-0-	-0-
12.5 (n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta
12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas após a posse no cargo	Posse não ocorreu	Posse não ocorreu	Posse não ocorreu	Posse não ocorreu	Posse não ocorreu
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor; d) administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	CONJUGE DE ACIONISTA INTEGRANTE DO CONTROLE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: a) sociedade	Não há relação	Não há relação	Não há relação	Não há relação	Não há relação

controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas					
--	--	--	--	--	--

Informações dos candidatos que serão indicados pelos acionistas controladores, na próxima Assembleia, para o cargo de membros do Conselho Fiscal (Item 12.5 do Formulário de Referência – Instrução CVM nº 480):

CONSELHO FISCAL

12.5 (a) NOME	FRANCISCO SERGIO QUINTANA DA ROSA	SERVULO LUIZ ZARDIN
12.5. (b) Data Nascimento	03/01/1945	12/03/1938
12.5 (c) Profissão	Engenheiro Agrônomo	Economista
12.5 (d) CPF	050.932.788-58	001.372.780-04
12.5 (e) Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho Fiscal	Suplente Cons. Fiscal
12.5 (f) Data eleição	30/03/2016	30/03/2016
12.5 (g) Data da posse	30/03/2016	-0-
12.5 (h) Prazo mandato	01 ano	01 ano
12.5 (i) Outros cargos ou funções exercidos na companhia	Não	Não
12.5 (j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	SIM	SIM
12.5 (k) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	-0-	-0-
12.5 (l) Numero de mandatos consecutivos	Quinze	Quinze
12.5 (n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Nada consta	Nada consta
12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas após a posse no cargo	Posse não ocorreu	Posse não ocorreu
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor; d) administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b) controlador direto ou indireto do emissor; c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há relação	Não há relação

12.5 (m)

PAULO CEZAR DA SILVA NUNES

Formado em administração de empresas pela Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Participou dos seguintes cursos: Executive Development Program from University of Michigan Business School, de 1999 a 2000; Corporate Finance Development Program, em 2011; FGV – Internacional Business Development, em 2002; TPS – Lean Manufacturing – Toyota, em 2007; e, em 2012, completou o curso para Conselheiro de Administração ministrado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

I – Principais experiências profissionais:

- . Nome da empresa: MARCOPOLO S.A.
- . Cargos e funções inerentes ao cargo: Eleito em 29.03.2012, membro independente do Conselho de Administração da Marcopolo. Faz parte do Comitê de RH e Ética.
- . Atividade principal da empresa na qual é conselheiro (Marcopolo S.A.): Indústria e comércio de carrocerias para ônibus
- . Sócios da Marcopolo com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%: BELLPART PARTICIPAÇÕES LTDA: 151.954.920 ações ord (44,48%); Davos Participações Ltda.: 32.000.000 ações ord (9,37%); Viviane Maria Pinto Bado: 32.163.544 ações ord; Fundação Banco Central – CENTRUS: 51.922.784 ações ord (15,20%); Fundação Petrobras de Seg Soc – PETROS: 83.291.000 ações pref (15,00%).

Empresa: Dana Indústrias Ltda.

- . Cargos e funções inerentes ao cargo: Até 2012 foi Diretor Vice-Presidente, responsável pela disciplina e desenvolvimento de negócios e vendas para a América do Sul, onde desenvolveu e coordenou a gestão de vendas e contratos de longo prazo com os principais clientes.
- . Atividade principal da empresa: setor de autopeças (fornecimento de produtos de trem de força e componentes de motores para montadoras de veículos).

II - Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos: Atua nas áreas de inteligência de organizações, com mais de 25 anos de experiência em posições de liderança em companhias como Massey-Ferguson (tratores e colheitadeiras), Racine Hidráulica (fabricante de componentes hidráulicos), Albarus S.A. (fabricante de auto-peças associado com a Dana) e Dana Industrias Ltda. (fabricante global de auto-peças). Até 2012 foi conselheiro do Conselho do Sindipeças e Diretor Vice-Presidente da Dana Industrias Ltda. Aposentou-se em 2012, após 38 anos de atividade na Dana, assumindo, a partir de então, atividades como Consultor de Empresas.

Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atuou ou atua faz parte do grupo econômico da Marcopolo.

III – Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO

Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

I – Principais experiências profissionais:

- . Nome da empresa: MARCOPOLO S.A.

- . Cargos e funções: Eleito, em 29.03.2012, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Marcopolo, bem como foi designado membro efetivo do Comitê de Estratégia e Inovação, e de RH e Ética.
- . Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram (Marcopolo S.A.): Indústria e comércio de carrocerias para ônibus
- . Sócios da Marcopolo com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%: BELLPART PARTICIPAÇÕES LTDA: 151.954.920 ações ord (44,48%); Davos Participações Ltda.: 32.000.000 ações ord (9,37%); Viviane Maria Pinto Bado: 32.163.544 ações ord; Fundação Banco Central – CENTRUS: 51.922.784 ações ord (15,20%); Fundação Petrobras de Seg Social – PETROS: 83.291.000 ações pref (15,00%).

II – Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado nos últimos 5 anos em companhias abertas:

- (i) De 2005 a 2015: Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Auditoria da **Companhia Suzano de Papel e Celulose**, companhia cuja principal atividade consiste na fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (ii) De 2003 a 2016: Membro do Conselho de Administração e Membro dos Comitês de Pessoas e de Governança Corporativa da **Gerdau S.A.**; desde 2003, membro do Conselho de Administração da **Metalúrgica Gerdau S.A.**, companhias abertas do Grupo Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral ; (iv) Desde 2007: Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da **Localiza Rent a Car S.A.**, companhia aberta cuja principal atividade consiste no aluguel de carros; (v) Desde 2011: Vice-presidente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Recursos Humanos da **DASA Medicina Diagnóstica da América Latina S.A.**; (vi) Desde 2010: Membro do Conselho de Administração e dos Comitês de Finanças e de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas da **Praxair Inc.** (Estados Unidos), empresa no ramo de gases industriais; (vii) De 2012 a 2016: Coordenador do Comitê de Estratégia da **Vanguarda Agro S.A.**, empresa no setor de agricultura; (viii) Desde 2011: Membro do Conselho de Administração da **Omni Táxi Aéreo**, empresa de aviação; (ix) Desde 2015, membro do Conselho de Administração da **VPAR**, empresa controladora do Grupo Votorantin, que inclui operações de cimento, celulose, alumínio, zinco, níquel, suco de laranja, aço, energia e banco; (x) De 2003 a 2015: Membro do Conselho Consultivo da **Alcoa Brasil**, cuja principal atividade consiste na produção de alumínio; (xi) Desde 2009: Membro do Conselho Consultivo da **Amyris**, empresa no que possui como principal atividade a produção e comercialização de produtos renováveis, incluindo produtos químicos especializados e combustíveis para transporte; (xii) De 2003 a 2011: Membro do Conselho de Administração da **Johnson Electric Holding Limited** (Hong Kong), empresa do ramo de motores elétricos; (xiii) Desde 2011: Consultor sênior do CEO da **Johnson Electric** (Hong-Kong); (xiv) Desde 2009: Consultor da Diretoria da **Davos Participações Ltda.**, empresa que atua no setor de fomento mercantil, apoiando atividades produtivas junto a empresas industriais, comerciais e de serviços; (xv) De 2006 a 2012: Membro do Conselho de Administração da **São Paulo Alpargatas S.A.**, que atua no ramo de calçados e artigos esportivos; (xv) De 1999 a 2013 : Membro do Conselho Consultivo da Bunge Alimentos

Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atua faz parte do grupo econômico da Marcopolo.

III – Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

LUCIANO MOISÉS BADO

Graduado em publicidade e propaganda pela Universidade do Rio dos Sinos; MBA em Marketing Estratégico em Controladoria e Finanças e Desenvolvimento Gerencial; e certificação em cursos da Fundação Getulio Vargas, University of Hong Kong, Dom Cabral e Family Business Network.

I - Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

Nome da empresa: MARCOPOLO S.A.

Cargos e funções: Desde março de 2008 é membro do Comitê de RH e Ética e passou a participar das reuniões do Comitê Executivo. Em 29.03.2012, foi eleito membro do Conselho de Administração e, em 20.06.2012, foi nomeado Coordenador do Comitê de RH e Ética.

. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram (Marcopolo S.A.): Indústria e comércio de carrocerias para ônibus

II - Sócios da Marcopolo com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%: BELLPART PARTICIPAÇÕES LTDA: 151.954.920 ações ord (44,48%); Davos Participações Ltda.: 32.000.000 ações ord (9,37%); Viviane Maria Pinto Bado: 32.163.544 ações ord; Fundação Banco Central – CENTRUS: 51.922.784 ações ord (15,20%); Fundação Petrobras de Seg Social – PETROS: 83.291.000 ações pref (15,00%).

III – Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CARLOS ALBERTO CASIRAGHI

Graduado em engenharia mecânica pela Universidade de Caxias do Sul, RS, e pós graduado em Gestão Organizacional pela Fundação Getulio Vargas.

I - Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

Nome da empresa: MARCOPOLO S.A.

Cargos e funções: Trabalhou na companhia de maio de 1972 à fevereiro de 2015, tendo ocupado várias funções desde auxiliar de escritório, passando pelas áreas de Processo, Qualidade, Aquisição e Logística e, em 1995 foi promovido a Diretor (não estatutário). Foi Diretor Comercial, Diretor de Engenharia e Diretor de Negócio Ônibus. Atualmente atua como membro convidado do Comitê Executivo e membro do Comitê de Estratégia e Inovação.

. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram (Marcopolo S.A.): Indústria e comércio de carrocerias para ônibus

II - Sócios da Marcopolo com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%: BELLPART PARTICIPAÇÕES LTDA: 151.954.920 ações ord (44,48%); Davos Participações Ltda.: 32.000.000 ações ord (9,37%); Viviane Maria Pinto Bado: 32.163.544 ações ord; Fundação Banco Central – CENTRUS: 51.922.784 ações ord (15,20%); Fundação Petrobras de Seg Social – PETROS: 83.291.000 ações pref (15,00%).

III – Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FLAVIO CESAR MAIA LUZ

Graduado em engenharia civil pela Escola Politécnica – USP; Pós graduado em Administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas; Extensão em Economia Aplicada pela Fundação Getulio Vargas; tendo participado dos cursos: Finanças Corporativas pela Harvard Business School; Estratégias Empresarial e Mercadológica pela Stanford University; Técnicas de Negociação na California University

(Berkeley); Fusões e Aquisições pela Wharton Business School; e curso de Conselheiro de Administração e Fiscal ministrado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

I – Principais experiências profissionais:

- . Nome da empresa: DOING BUSINESS (Consultoria Empresarial)
- . Cargos e funções inerentes ao cargo: Sócio fundador, com atividades voltadas a governança, estratégia e finanças.
- . Atividade principal da empresa: Consultoria

Empresa: COFRA LATIN AMERICA – GRUPO C&A.

- . Cargos e funções inerentes ao cargo: Foi Vice-Presidente Financeiro e Corporativo, responsável, na América Latina, pelas atividades financeiras e corporativas da Cofra Holding, com atuação dirigida à implantação de um modelo de governança corporativa, planejamento e gestão de negócios; foi CEO da REDEVCO DO BRASIL, incorporadora imobiliária, e atuou na venda de todos os ativos relacionados a shopping-centers, lojas, conjuntos comerciais, edifícios residenciais e loteamentos. Também foi CEO do Banco IBI, atuando na gestão de operações de crédito ao consumidor.
- . Atividade principal da empresa: comércio varejista, serviços financeiros e desenvolvimento imobiliário.

II - Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos: Ultrapar Participações S.A.: Presidente do Conselho Fiscal desde 2005. CTEEP – Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista: Membro Efetivo do Conselho Fiscal desde 2012. Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Membro Efetivo do Conselho Fiscal desde 2014. Ser Educacional S.A.: Membro Independente do Conselho de Administração desde 2010 e Membro do Comitê Financeiro. Senior Solution S.A.: Membro Independente do Conselho de Administração desde 2012 e Membro do Comitê de Remuneração. Doing Business Consultoria Empresarial Ltda.: Sócio-Diretor desde 2009.

Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atuou ou atua faz parte do grupo econômico da Marcopolo.

III – Declaração de eventuais condenações: Declara não existir, em seu nome: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (III) nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FRANCISCO SERGIO QUINTANA DA ROSA:

Engenheiro Agrônomo diplomado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1971. Foi Gerente do Banco Cidade de São Paulo S.A., Diretor do Banco Maisonnave S.A. e Diretor Comercial do Banco Arbi S.A.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- a) Desde abril de 2001 é membro do Conselho Fiscal da Marcopolo S/A, empresa que atua no ramo da indústria e comércio de carrocerias para ônibus;
- b) Desde setembro de 2005, é membro do Conselho Fiscal de Lojas Renner S.A., rede de lojas de departamento de vestuário;
- c) Desde setembro de 2008, é membro do Conselho Fiscal do Instituto Lojas Renner.
- d) De 2008 a 2011, membro convidado do Conselho de Gestão da Freios Control Ltd., empresa que atua na produção de autopeças e componentes de borracha.

Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atuou ou atua, faz parte do Grupo Econômico Marcopolo.

SÉRVULO LUIZ ZARDIN:

É economista, formado em Ciências Políticas e Econômicas pela PUC-RS, em 1962. Em 1964 Diretor Técnico da Banrisul Financeira S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos, tendo se aposentado do Banrisul em maio de 2012; Diretor Financeiro e de Operações da CRT – Cia. Riograndense de Telecomunicações; membro do Conselho de Administração do IDERGS – Instituto de Desenvolvimento Empresarial do RS; membro do Conselho de Administração do CETERGS – Centro de Treinamento Empresarial do RS; foi componente do Conselho de Administração da Cia. União de Seguros Gerais, foi Diretor da CRP – Cia Riograndense de Participações, e compôs o Conselho de Administração do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. Em 1975 foi Vice-Presidente e posteriormente Presidente do BADESUL – Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A; e, em 2012, foi eleito Presidente do Conselho Fiscal do SEBRAE-RS.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- a) Desde 2001, membro suplente do Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., que atua no ramo de indústria e comércio de carrocerias para ônibus;
- b) Desde 2003, membro do Conselho Fiscal do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, e membro do Conselho de Administração da Casa Rural – Centro Agropecuário;
- c) De 2003 a 2007, membro do Grupo Técnico do FUNDOPEM – Fundo Operação Empresa do RGSUL – Porto Alegre, RS;
- d) Desde 2008, membro efetivo do Conselho Fiscal do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro, Pequenas e Médias empresas;
- e) Técnico – Quadro B, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. desde 1991 (admitido na Banrisul Financeira S.A. em 01/04/1964 e incorporado ao quadro técnico do Banco em 1991, tendo se aposentado em maio de 2012;
- f) Presidente do Conselho Fiscal do SEBRAE-RS, desde 2012.

Nenhuma dessas empresas em que o conselheiro atuou ou atua, faz parte do Grupo Econômico Marcopolo.

A Companhia, mantendo a prática de boa governança de anos anteriores, incluirá na ordem do dia a eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração. Reservam-se, no entanto, os controladores, o direito de exercerem a prerrogativa legal de eleger o mesmo número de membros que forem eleitos pelos acionistas minoritários e acionistas detentores de ações preferenciais mais um.

- PROPOSTA REMUNERAÇÃO ADMINISTRADORES -

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria propõem aos Senhores Acionistas que a remuneração mensal global dos administradores, incluindo os honorários, benefícios e valores relativos a planos de outorga de opções/ações, dos conselheiros de administração, dos diretores e, quando remunerados, dos membros de Comitês, para vigorar de 1º de abril de 2016 até a realização da AGO de 2017, seja fixada em até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). De acordo com disposições estatutárias, os administradores fazem jus a 13 remunerações anuais. Não está incluído no referido montante global o valor relativo a participação nos resultados devida aos membros da Diretoria e aos membros efetivos do Comitê Executivo (administradores), uma vez que tal remuneração já está prevista no Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. Também não está incluída no montante acima fixado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, uma vez que os membros do Conselho Fiscal não são administradores e sua remuneração é fixada pela Assembleia Geral, dentro dos limites fixados em lei. Todavia, a administração da Companhia sugere que a remuneração devida aos membros do Conselho Fiscal seja mantida a mesma praticada em 2015, sem qualquer reajuste, não podendo, entretanto, ficar inferior ao mínimo legal.

Propõem, também, que a remuneração dos administradores continue sendo mantida fixa, sem qualquer reajuste, até a AGO de 2017. O montante global proposto, após aprovado pela Assembleia Geral, será distribuído aos membros do Comitê Executivo, do Conselho de Administração e da Diretoria, em reunião que com tal finalidade deverá ser realizada pelo Conselho de Administração.

Em atendimento as orientações constantes no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 02/2016, esclarecemos que, na Proposta anterior, relativa a Assembleia Geral Ordinária realizada em 2015, a remuneração mensal global dos administradores foi fixada em até R\$900.000,00, tendo sido distribuído apenas o montante de R\$704.000,00, de forma a manter a remuneração dos administradores nos mesmos níveis praticados no ano anterior, sem qualquer reajuste. Os valores da proposta são inferiores ao constante no item 13 do Formulário de Referência, pois no montante global fixado na Assembleia de 2015, conforme acima referido, não está incluída a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, nem a participação nos resultados devida aos administradores da sociedade. Além disso, os membros efetivos do Comitê Executivo (dois membros) decidiram reduzir temporariamente o valor de seus honorários como membros do Comitê Executivo, no período de junho a dezembro de 2015, em decorrência da baixa demanda por vendas no mercado, a reestruturação da administração e o redimensionamento das despesas fixas da Companhia. Tais fatos fizeram com que o montante da remuneração efetivamente paga aos administradores em 2015 ficasse inferior ao fixado no início do exercício.

Também contribuiu para essas diferenças de valores entre a Proposta da administração e os valores do item 13 do Formulário de Referência, a não correspondência entre o período coberto pela Proposta abril de 2015 à março de 2016, e abril de 2016 à março de 2017) e o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social).

Por fim, informamos que o montante previsto para ser distribuído em 2016 é menor que o montante distribuído em 2015, em razão de reestruturação no Conselho de Administração e no Comitê Executivo.

ÍTEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA Remuneração dos Administradores

13.1. Prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não estatutária, Conselho Fiscal e Comitês:

A prática adotada pela companhia para remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal, leva em consideração as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor de seus serviços no mercado e as qualificações.

- (a) Objetivos da prática de remuneração: *Alinhar os interesses dos administradores e gestores com os da companhia, sendo que.*

Conselho de Administração: *Os membros do Conselho de Administração da companhia recebem, a título de honorários, 13 (treze) remunerações por ano, sendo que o valor individual mensal é fixado anualmente pelos próprios membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado pela Assembleia para pagamento da remuneração dos administradores. Os membros do Conselho de Administração que são também membros efetivos do Comitê Executivo, são remunerados apenas na função de membros efetivos do Comitê Executivo, não sendo remunerados como conselheiros de administração. Os demais conselheiros que não fazem parte do Comitê Executivo, ou fazem parte do Comitê Executivo apenas como membros indicados ou convidados, são remunerados somente como membros do Conselho de Administração, sendo o valor igual a todos os conselheiros. No caso de Conselheiro que participa em outros Comitês, que não seja o Comitê Executivo, receberá mais um adicional mensal a título de participação em outros Comitês, porém, se um mesmo conselheiro participar em mais de um Comitê, receberá apenas um adicional mensal. O valor desse adicional corresponde a aproximadamente 25% do valor dos honorários fixados para cada conselheiro. Nenhum outro valor, benefício ou verba de representação, que não os aqui mencionados, é pago aos conselheiros de administração a qualquer título, pelo exercício do cargo de membro do Conselho de Administração.*

Comitê Executivo: *O Comitê Executivo é um Comitê estatutário, e seus membros efetivos recebem, a título de honorários, 13 (treze) remunerações por ano. O valor individual mensal devido a cada um dos membros do Comitê Executivo é fixado pelos membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado anualmente pela Assembleia Geral para pagamento da remuneração dos administradores. Os membros efetivos do Comitê Executivo que forem, também, membros do Conselho de Administração, são remunerados apenas como membros do Comitê Executivo. Os membros efetivos do Comitê Executivo que acumularem, também, o cargo de Diretor, recebem sua remuneração apenas como Diretor. Os membros efetivos do Comitê Executivo recebem um valor anual a título de participação estatutária nos resultados, que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor. Os membros efetivos do Comitê Executivo que participam de outros comitês, não recebem nenhum adicional por participação nesses outros Comitês. Nenhum outro valor, benefício ou verba de representação que não os aqui mencionados, é pago aos membros do Comitê Executivo a qualquer título, pelo exercício do cargo de membros desse Comitê.*

Diretoria estatutária: *Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem 13 (treze) remunerações por ano, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração, dentro do montante global mensal fixado anualmente pela Assembleia para pagamento da remuneração dos administradores. Diretores que forem membros do Conselho de Administração e/ou do Comitê Executivo são remunerados apenas como Diretor. Os Diretores que exercem funções em qualquer outros Comitês, não recebem*

qualquer adicional por participação nesses comitês. Os Diretores, além dos honorários mensais, recebem, anualmente, um valor a título de participação estatutária nos resultados que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor; os três Diretores, não controladores, participam do Plano de Outorga de Opções de compra de ações e no Plano de Incentivo de Longo Prazo em Ações Restritas, e dois deles estão incluídos no Plano de Previdência Privada (Marcoprev), conforme valores constantes adiante, em quadro específico. Nenhum outro valor, benefício ou verba de representação que não os aqui mencionados, é pago aos Diretores estatutários da companhia, a qualquer título, pelo exercício do cargo de Diretor.

Conselho Fiscal: *A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal em exercício, foi fixada pela última Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, tendo sido estabelecido na referida Assembleia que a remuneração não poderia ser inferior ao mínimo legal, ou seja, não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios e participação nos lucros. O montante global fixado na última AGO/E foi distribuído entre os membros titulares do Conselho Fiscal eleitos (3 membros), sendo que, ao Presidente do Conselho Fiscal, coube o montante superior em 25% em relação aos demais membros. Os membros do Conselho Fiscal não recebem nenhuma outra remuneração, benefício ou verba de representação, porém, de acordo com a legislação em vigor, a companhia reembolsa os Conselheiros Fiscais de todas as despesas com locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.*

Comitês (“Estratégia e Inovação”, “Auditoria e Risco”, e “RH e Ética”): *O valor da remuneração dos membros dos Comitês de Estratégia e Inovação, de Auditoria e Risco e de RH e Ética, quando remunerados, corresponde a, aproximadamente, 25% da remuneração individual recebida pelos membros do Conselho de Administração. Os membros dos Comitês de Estratégia e Inovação, Auditoria e Risco e RH e Ética, que forem, também, membros efetivos do Comitê Executivo e/ou membros da Diretoria, são remunerados apenas como membros do Comitê Executivo e membros da Diretoria. Demais membros do Conselho de Administração que participam de um ou mais desses Comitês, recebem remuneração como membros do Conselho de Administração e um adicional como membros desses Comitês, porém, se um mesmo conselheiro participar em mais de um Comitê, receberá apenas um adicional. Os membros do Comitê Executivo que participem de outros Comitês, não receberão o referido adicional. Os Diretores não Conselheiros e os funcionários da Companhia, que exercem funções em Comitês, são remunerados apenas na condição de Diretores ou de funcionários da Companhia, não recebendo qualquer adicional por participação em Comitês. Demais membros de Comitês, que não sejam administradores ou funcionários da sociedade, recebem, mensalmente, por sua participação em quaisquer dos Comitês, a importância que for estabelecida pelo Conselho de Administração (atualmente corresponde ao mesmo valor recebido pelos membros do Conselho de Administração a título de adicional por participação em Comitês). No caso de haver a participação em Comitês de profissionais convidados de fora da empresa, estes também tem a remuneração definida pelo Conselho de Administração. Os membros dos Comitês de “Estratégia e Inovação”, “Auditoria e Risco” e “RH e Ética”, não recebem nenhuma outra remuneração, benefício ou verba de representação, a qualquer título, por participação nesses Comitês.*

Diretoria não estatutária: *As práticas e políticas de remuneração visam atrair, engajar e reconhecer profissionais com as competências e valores definidos pela Marcopolo, alinham as expectativas dos acionistas e promovem a busca por resultados superiores a curto prazo, por meio de um pacote de remuneração competitivo que é avaliado anualmente com base em pesquisas salariais e boas práticas de mercado.*

A política de remuneração é baseada nas seguintes premissas:

- Alinhamento de interesses de Acionistas e Executivos;
- Criação de valor sustentável a curto, médio e longo prazo;
- Promover a transição da estratégia para execução;
- Alinhamento com as demais ferramentas e práticas de Gestão de Pessoas;
- Reconhecer, reter e atrair de forma equânime.

A partir de 2013 a Companhia revisou sua estrutura de Cargos e Salários e passou a utilizar o GGS – Global Grading System™ metodologia da Towers Watson voltada à classificação e mensuração da relatividade dos cargos, baseada em critérios e métodos que facilitam e regem a gestão das posições e pacotes de remuneração nos diversos negócios, unidades e localidades.

(b) Composição da Remuneração, indicando:

i. *Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:*

Conselho de Administração/Comitê Executivo:

- Os membros do Conselho de Administração da companhia recebem uma remuneração fixa, a título de honorários e, quando participam também em outros Comitês, que não seja o Comitê Executivo, recebem mais um adicional mensal a título de participação em outros Comitês, porém, se um mesmo conselheiro participar em mais de um Comitê, receberá apenas um adicional mensal. Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração variável;
- A remuneração dos membros do Comitê Executivo é composta por uma remuneração fixa mensal (honorários) e uma remuneração variável anual (participação nos lucros). Além disso, um dos membros do Comitê Executivo está incluído no Plano de Previdência Privada (Marcoprev);

Elementos da remuneração:

a) *Remuneração fixa:*

A remuneração fixa é constituída de:

- Honorários;
- Benefícios diretos e indiretos: previdência privada (Marcoprev), seguro de vida em grupo, seguro acidentes pessoais e assistência médica (Unimed), sendo que apenas a previdência privada é considerada nas demonstrações financeiras como remuneração, razão pela qual no item 13.2 do Formulário de Referência, apenas os valores da Marcoprev foram considerados na remuneração; e
- Adicional por participação em Comitês;

b) *Remuneração variável:*

A remuneração variável é constituída de Participação nos resultados (apenas para os membros do Comitê Executivo).

Objetivo de cada um dos elementos da remuneração:

- A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os profissionais de acordo com as boas práticas de mercado, de forma a manter/atrain os talentos da companhia.
- A remuneração variável tem como objetivo alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas; incentivar o administrador a um compromisso com os resultados de curto, médio e longo prazos; motivar e reconhecer os administradores; estimular o sentimento de propriedade e comprometimento dos mesmos; e atrair e, principalmente, reter talentos;

Diretores estatutários:

- Os diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem, anualmente, um valor a título de participação estatutária nos resultados que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor (Artigo 25 do Estatuto Social); os três Diretores (não controladores), participam do Plano de Outorga de Opções de compra de ações (ver nota 4 ao final do item 13.1) e do Plano de Incentivo de Longo Prazo em Ações Restritas, e dois deles estão incluídos no Plano de Previdência Privada – Marcoprev. Nos exercícios onde o desempenho da companhia supere as metas de lucro líquido, os diretores estatutários (não controladores), poderão, por deliberação do Conselho de Administração, receber participação nos resultados adicional a acima referida.

Elementos da remuneração:

a) Remuneração fixa:

A remuneração fixa é constituída de:

- Honorários;
- Benefícios diretos e indiretos: Previdência privada (Marcoprev), seguro de vida em grupo, seguro acidentes pessoais e assistência médica (Unimed), sendo que apenas a previdência privada é considerada nas demonstrações financeiras como remuneração, razão pela qual no item 13.2 do Formulário de Referência, apenas os valores da Marcoprev foram considerados na remuneração (Ver Notas 1 e 2 ao final deste item 13.1), sendo que apenas dois membros estão incluídos no Plano de Previdência Privada; e,

b) Remuneração variável:

A remuneração variável é constituída de:

- Participação nos resultados, que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, sendo que, nos exercícios onde o desempenho da companhia supere as metas de lucro líquido, os diretores estatutários (não controladores), poderão, por deliberação do Conselho de Administração, receber uma participação adicional nos resultados.; e
- Remuneração baseada em ações: apenas os Diretores não controladores participam do Plano de Outorga de Opções de compra de ações e do Plano de Incentivo de Longo Prazo em Ações Restritas, sendo que, no que se refere ao Plano de Opções, apenas a diferença entre os preço de venda das ações aos participantes, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício é considerada remuneração (Ver Nota 4 ao final deste item 13.1)

Objetivo de cada um dos elementos da remuneração:

- A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os profissionais de acordo com as boas práticas de mercado, de forma a manter/atrain os talentos da companhia.
- A remuneração variável tem como objetivo alinhar os interesses dos executivos aos dos acionistas; incentivar o executivo a um compromisso com os resultados de curto, médio e longo prazo; motivar e reconhecer os executivos; estimular o sentimento de propriedade e comprometimento dos executivos; e atrair e, principalmente, reter talentos;

Conselho Fiscal:

- Os membros do Conselho Fiscal recebem 13 remunerações por ano (valor fixo a título de honorários), e não recebem nenhuma outra remuneração, benefício ou verba de representação, porém, de acordo com a legislação em vigor, a companhia reembolsa os Conselheiros Fiscais de todas as despesas com locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

Elementos da remuneração: Constituída apenas de remuneração fixa (honorários).

Objetivo de cada um dos elementos da remuneração: Remunerar os conselheiros pelo exercício de suas funções, observadas as normas e limites legais aplicáveis, dentro das médias praticadas pelo mercado.

Diretores não estatutários:

- A composição da remuneração dos Diretores não estatutários está estruturada em três componentes, Remuneração Fixa, Remunerações variáveis de Curto e Longo Prazos, e benefícios, conforme abaixo:

Elementos da remuneração:

- a) Remuneração fixa: A remuneração fixa compreende o salário nominal mensal, o 13º salário e o adicional de férias. Os salários nominais são definidos com base na mediana de mercado da pesquisa salarial realizada a cada dois anos com consultoria especializada, tendo como painel de referencia empresas de porte e segmentos similares, garantindo assim uma tabela salarial competitiva.
- b) Remuneração variável de curto e longo prazo:
- Incentivo de Curto Prazo ou Plano Variável Executiva: Esse modelo de remuneração variável compreende além dos Diretores, demais níveis de Gestão.
 - Incentivo de Longo Prazo: Corresponde ao (i) Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de ações e Plano de Incentivo de Longo Prazo em Ações Restritas, sendo que, no Plano de Opções, apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes e o valor da ação em Bolsa na data de exercício, está sendo considerada remuneração (Ver Nota 4 ao final deste item 13.1.);
- c) Benefícios: Além da remuneração fixa e das remunerações variáveis de curto e longo prazo, a Companhia disponibiliza a seus Diretores não estatutários, os seguintes benefícios: Plano de Previdência privada (Marcoprev), Seguro de Vida, e Plano de Saude (Unimed/Marcosaude), sendo que apenas a previdência privada é considerada nas demonstrações financeiras como remuneração (Ver Notas 1 e 2 ao final deste item 13.1).

Objetivo de cada um dos elementos:

Remuneração fixa:

- A remuneração fixa tem como objetivo remunerar conforme o nível de responsabilidade, complexidade e importância e impacto de cargo para os resultados da organização, mantendo o equilíbrio interno e a competitividade externa.

Remuneração variável:

- Incentivo de Curto Prazo: Tem como objetivo premiar o alcance e superação de objetivos e metas anuais de curto prazo, vinculadas ao planejamento e orçamento do respectivo

exercício. O seu potencial de ganho suporta a busca por resultados superiores e é fator de diferenciação para atração e retenção de executivos.

- Incentivo de Longo Prazo: Além de alinhar os interesses dos acionistas e administradores, diferencia a Companhia em relação a demais empresas em termos de práticas de gestão de pessoas e é um fator importante na retenção e geração de valor no longo prazo.

Comitês (“Estratégia e Inovação”, “Auditoria e Risco”, e “RH e Ética”):

Elementos da remuneração:

- Os membros desses outros Comitês (de “Estratégia e Inovação”, “Auditoria e Risco”, e “RH e Ética”), desde que não façam parte do Comitê Executivo, da Diretoria ou quadro de funcionários da companhia, recebem uma remuneração fixa, única, e que corresponde a 25% do valor dos honorários fixado para cada Conselheiro de Administração.

Objetivo dessa remuneração: Atrair e reter esses profissionais na companhia.

- ii. **Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:**

Conselho de Administração:

	% Remuneração fixa (honorários) s/total	% Adicional por participação em outros Comitês	Benefícios diretos e indiretos	% Remuneração variável
2015	79,3%	20,7%	0%	0%
2014	79,5%	20,5%	0%	0%
2013	80,0%	20,0%		

Comitê Executivo:

	% Remuner. fixa como membros Comitê Executivo s/total (honorários)	% referente Plano de Previdência s/total	% outros Benefícios (Plano de saúde e seguro) s/total	% Remun. Variável (participação nos resultados) s/ total
2015	47,74%	1,35%	3,17%	47,74%
2014	47,48%	1,10%	3,94%	47,48%
2013	47,48%	1,10%	3,94%	47,48%

Diretoria Estatutária: Não existe uma regra preestabelecida, podendo a proporção de cada elemento da remuneração sofrer variações de um ano para outro. Em 2014 as proporções foram as seguintes:

	% Honorários (remuneração fixa) s/total	% benefícios sobre o total (Plano de Previd)	% ref. Outros benefícios s/total	% ref. Plano de Opções em ações	% Remuneração variável sobre o total (Particip. nos Lucros)
2015	47,17%	1,02%	4,22%	0,42%	47,17%
2014	46,87%	1,46%	4,02%	0,78%	46,87%
2013	46,50%	1,60%	3,97%	1,43%	46,50%

Conselho Fiscal:

	% Remuneração fixa (Honorários)	Benefícios diretos e indiretos	% Remuneração variável
2015	100%	0%	0%
2014	100%	0%	0%
2013	100%	0%	0%

Comitês de Estratégia e Inovação, RH e Ética, e Auditoria e Risco: A remuneração total de cada um dos membros desses Comitês, quando remunerados, é representada 100% pelo valor mensal pago por participação nesses Comitês.

	% Remuneração fixa (Honorários)	Benefícios diretos e indiretos	% Remuneração variável
2015	100%	0%	0%
2014	100%	0%	0%
2013	100%	0%	0%

Diretoria não estatutária:

	% Remuneração fixa s/total	% benefícios sobre o total	Incentivo de Longo Prazo Plano de Opções em ações (*)	Incentivo de Curto Prazo % Remuneração variável sobre o total
2015	59%	21%	0%	20%
2014	57%	20%	6%	17%
2013	46%	17%	2%	35%

(*) Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes e o valor da ação em Bolsa na data de exercício, relativas ao Plano Anual de Opções, é considerada remuneração pela Companhia

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Para o Conselho Administração, Diretoria estatutária, Conselho Fiscal e Comitês:

Remuneração fixa: O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês, é estabelecido anualmente pela Assembleia Geral que fixar o montante global mensal da remuneração.

Remuneração variável: Além dos honorários mensais, os Diretores e membros do Comitê Executivo recebem, anualmente, um valor a título de participação estatutária nos resultados que corresponde a, no máximo, o valor total da remuneração anual dos mesmos, ou 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor. Nos exercícios onde o desempenho da companhia supere as metas de lucro líquido, os diretores estatutários (não controladores), poderão, por deliberação do Conselho de Administração, receber participação nos resultados adicional a acima referida (Artigo 25 do Estatuto Social).

Para a Diretoria não estatutária:

Remuneração fixa: No que se refere a Diretoria não estatutária, a remuneração fixa é determinada pela avaliação e respectivo nivelamento do cargo mediante metodologia GGS (Global Grading System) desenvolvida pela Towers Watson, que analisa e mensura a relatividade dos cargos, baseado em critérios que definem sua contribuição aos processos de uma organização. A definição das tabelas salariais são embasadas na mediana de mercado, conforme pesquisa especializada e nas melhores práticas de mercado.

Os reajustes salariais são geridos por políticas e procedimentos que auxiliam os gestores nas tomadas de decisão e podem ocorrer das seguintes formas:

- *Promoção: Aumento salarial individual devido a uma movimentação pessoal para um cargo de maior responsabilidade;*
- *Mérito: O aumento salarial por mérito representa um reconhecimento individual, baseado na execução das responsabilidades primárias do cargo, no alcance recorrente de objetivos, na prática de valores e na demonstração de comportamentos esperados pela Companhia. É um movimento de progressão horizontal dentro da faixa salarial do cargo. Tem como base a performance individual, o potencial e a comparação com as médias salariais de mercado.*
- *Enquadramento Salarial: Adequação do salário de um determinado executivo para o nível salarial inicial do seu respectivo cargo;*
- *Acordo Coletivo: Aumento salarial concedido por decisão do acordo ou convenção coletiva com o sindicato na respectiva data base.*

Remuneração variável de curto prazo: É baseada no modelo de Participação nos Lucros e Resultados. Os Diretores não estatutários possuem um potencial de ganho anual de acordo com seu nível na estrutura de cargos e salários, que será pago de forma proporcional ao alcance de metas e objetivos previamente definidos.

A condição básica para pagamento da remuneração variável é alcançar, no mínimo, 60% do valor orçado do Lucro Líquido para o ano vigente. Ficando abaixo de 60%, não haverá pagamento de remuneração variável.

Uma vez atendida a premissa básica do Lucro Líquido, é necessário que demais metas e objetivos sejam alcançados. Esses objetivos são definidos anualmente, desdobrados e monitorados através da ferramenta BSC (Balanced Score Card). Ao final do exercício as metas são submetidas ao CEO e ao Conselho de Administração que avaliarão e definirão o resultado final e o respectivo prêmio a ser pago.

Remuneração variável de longo prazo: Está representada pelo:

(i) Programa anual de opção de compra e/ou subscrição de ações. Anualmente os Diretores não estatutários possuem a opção de comprar ações de emissão da Companhia, até o limite de 1/3 do valor do resultado da variável de curto prazo do exercício anterior, pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 60 pregões da Bolsa de Valores da Bovespa, anteriores a data de exercício, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão. O Conselho de Administração poderá conceder desconto de até 20% no preço da compra e/ou subscrição das ações, objetivando estimular os Participantes a exercerem as opções outorgadas. De qualquer forma, o preço final para aquisição e/ou subscrição das ações não poderá ser inferior a 80% do valor médio de Bolsa das ações no dia anterior ao da efetiva compra ou subscrição, nem superior ao preço médio de mercado no dia anterior a Data de Exercício.

As ações compradas e/ou subscritas na forma do Programa Anual, bem como aquelas que venham a ser acrescidas em razão de bonificações ou desdobramentos, ficarão indisponíveis por determinado período, com objetivo de retenção e sustentabilidade do negócio: 35% das ações são liberadas após 12 meses da opção de compra, 35% das ações são liberadas após 24 meses da opção de compra e o saldo após completar 36 meses da opção de compra.

(ii) Programa Anual de Incentivo de Longo Prazo com ações restritas, pelo qual são atreladas metas anuais que, após três anos são apuradas, e o resultado final irá definir o nível de premiação, limitado a 150% do target individual, e a respectiva transferência de ações preferenciais de emissão da companhia aos executivos, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Outorga} = \frac{\text{Salário Atual} \times \text{Nível premiação (nº salários)}}{\text{Preço médio das Ações nos 60 pregões anteriores a outorga}}$$

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

Conselho de Administração e Diretoria: Reconhecer os serviços prestados pelos Conselheiros, levando em consideração também as práticas de mercado.

Comitê Executivo: Reconhecer os serviços prestados por seus membros, levando em consideração também as práticas de mercado e o tempo dedicado diariamente pelo profissional em suas atividades na companhia.

Conselho Fiscal: Reconhecer os serviços prestados pelos Conselheiros.

Comitês de RH e Ética, Auditoria e Risco, e Estratégia e Inovação: Reconhecer os serviços prestados pelos profissionais como membros desses Comitês.

Diretoria não estatutária: A composição da remuneração visa reconhecer, recompensar e reter os profissionais, mediante os desafios e objetivos estratégicos da organização e do alinhamento com as práticas de mercado. Equilibra o foco e os esforços no curto e médio prazos, sempre visando a sustentabilidade e resultados superiores no longo prazo, dentro de níveis de risco aceitáveis por ambas as partes. Desta forma cada componente da remuneração tem a sua parcela de contribuição, alinhando os interesses dos administradores aos dos acionistas.

v. Existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato:

Todos os membros de órgãos da administração da Companhia são remunerados. O que ocorre é que, quando um administrador é nomeado para mais de um cargo, ele recebe apenas a remuneração relativa a um dos cargos, exceção feita aos membros do Conselho de Administração que não são diretores e/ou membros do Comitê Executivo, e participam de algum dos outros comitês (não estatutários), recebem um adicional mensal por tal participação em Comitês.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração fixa dos administradores (Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê Executivo e demais Comitês), é aprovada anualmente pela Assembleia Geral, e distribuída aos diversos órgãos pelo Conselho de Administração, não sendo levados em consideração indicadores de desempenho. Para a remuneração variável, é observado o disposto no Artigo 25 do Estatuto Social da companhia, já referido anteriormente.

Quanto a Diretoria não estatutária:

- Na remuneração fixa são levados em consideração indicadores que demonstram as competências e nível de prontidão do colaborador frente as responsabilidades do seu respectivo cargo, além da performance individual.

- Para definição da remuneração variável são levados em consideração indicadores com objetivos financeiros, operacionais e de gestão de pessoas, como Lucro Líquido, CVA, ROIC, EBITDA OVERSEAS, Receita Líquida, Participação de Mercado, satisfação de clientes, projetos estratégicos, performance industrial, clima organizacional, qualidade e acidentologia.

No Programa de Opções em Ações, a própria valorização de mercado da ação é que irá medir e premiar o desempenho da organização e de seus respectivos Diretores.

No Programa de Ações Restritas, são definidos indicadores que habilitam e determinam a amplitude da premiação em relação ao target. São eles: ROIC, Capital de Giro, Qualidade e Participação de Mercado.

- (d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:
Indicadores de desempenho são considerados apenas na remuneração dos diretores não estatutários, ou seja, este item não se aplica à remuneração dos conselheiros, diretores estatutários e membros do Comitê Executivo.

A remuneração fixa dos diretores não estatutários é determinada pela complexidade e importância dos processos que cada função desempenha na organização. Dessa forma, os indicadores de desempenho auxiliam na definição da magnitude de cada posição e na avaliação do seu respectivo cargo, que consequentemente impactará o seu salário nominal.

A Remuneração Variável dos diretores não estatutários é uma ferramenta que permite desdobrar e mensurar os objetivos estratégicos e operacionais da organização por meio de indicadores de desempenho. O acompanhamento e as ações de melhorias sistemáticas dos indicadores nas diversas áreas permitem resultados consolidados superiores e alinhados com os objetivos, e impactam diretamente no pagamento da parcela variável dos Diretores não estatutários.

Os Incentivos de Longo Prazo incentivam a manutenção dos resultados ao longo do tempo, gerando valor aos acionistas de forma responsável e sustentável.

- e.) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da companhia de curto, médio e longo prazo:

A política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazos por meio de sua composição descrita no item b, a qual é pensada estrategicamente, discutida e aprovada pelo CEO, Comitê de RH e Ética e pelo Conselho de Administração.

- A Remuneração fixa tem como objetivo remunerar conforme o nível de responsabilidade, complexidade, importância, impacto do cargo e contribuição para os resultados da organização.

- A Remuneração variável é uma ferramenta que permite desdobrar e mensurar os objetivos estratégicos e operacionais da organização por meio de indicadores de desempenho. O acompanhamento e as ações de melhorias sistemáticas dos indicadores nas diversas áreas permitem resultados consolidados superiores e alinhados com os objetivos estratégicos da empresa de curto, médio e longo prazo.

- f.) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há honorários suportados por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da companhia, assim como inexistente remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

- g.) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

Notas:

(1) *Embora a empresa mantenha um Plano de Saúde, por tratar-se de um Plano básico e único, extensivo a todos os funcionários e executivos, incluídos os Diretores estatutários e não estatutários e os membros efetivos do Comitê Executivo, e considerando não ser relevante o valor pago pela empresa a esse título, tais valores nunca foram considerados nas demonstrações financeiras como remuneração variável dos administradores. O valor total anual pago pela companhia a cada um dos diretores estatutários, não estatutários e membros efetivos do Comitê Executivo, a título de Plano de Saúde, correspondeu, em 2015, a R\$ 6.217,26 cada um.*

- (2) Da mesma forma, a companhia paga mensalmente a todos os funcionários e executivos, incluídos os Diretores estatutários e não estatutários e membros efetivos do Comitê Executivo, um valor mensal a título de seguro de vida, porém, considerando não ser relevante o valor pago pela empresa a esse título, nunca foi considerado como remuneração dos administradores. O valor total anual pago pela companhia em 2015 a esse título, aos diretores estatutários, não estatutários e membros efetivos do Comitê Executivo, foi de R\$ 1.358,58 a cada um.
- (3) Conforme programa de desoneração da folha de pagamento do Governo Federal, a Marcopolo está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas ao INSS com base na folha de pagamento pelas contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Diante do exposto, não há valores específicos de INSS incidentes sobre a folha de pagamento dos administradores.
- (4) No que se refere ao Plano de Outorga de Opções, esta companhia entende que o mesmo não possui caráter de remuneração, entretanto, considerando a necessidade de inserir neste item 13 do FR, que trata de remuneração, informações sobre o Plano de Opções, as mesmas serão incluídas em todos os itens em que for requerida neste Formulário de Referência, mas a título meramente informativo.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o presente exercício social, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

Remuneração prevista para o presente exercício social de 2016, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
b. Nº total de membros	8	3	3	
c. Nº de membros remunerados	8	3	3	
d. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em:				
. Salário ou pró-labore	5.004.000,00	3.484.000,00	559.000,00	9.047.000,00
. Benefícios diretos e indiretos	110.000,00	120.000,00	0,00	230.000,00
. Remuneração por participação em Comitês	390.000,00	0,00	0,00	390.000,00
. Outros (FGTS)	238.320,00	278.720,00	0,00	517.040,00
ii. Remuneração Variável, segregada em:				
. Bônus				
. Participação nos resultados	2.910.000,00	3.484.000,00	0,00	6.394.000,00
. Remuneração apor participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
. Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

iii. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0,00	32.000,00	0,00	32.000,00
e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	8.652.320,00	7.398.720,00	559.000,00	16.610.040,00
f) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	16.610.040,00			
Observações	<p>1.) No total dos membros do Conselho de Administração estão incluídos membros do Comitê Executivo (num total de 2), sendo que um deles é também membro do Conselho de Administração, porém não recebe qualquer remuneração como membro do CA, recebendo a totalidade de sua remuneração como membro do Comitê Executivo;</p> <p>2.) Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os membros efetivos do Comitê Executivo fazem jus a participação nos resultados;</p>	<p>1.) Dois dos diretores são também membros indicados do CE porém recebem a totalidade de sua remuneração como Diretores, nada recebendo como membros do Comitê;</p> <p>2.) Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes e o valor da ação em Bolsa na Data do exercício da opção, foi considerada no valor da remuneração, sendo que apenas os diretores estatutários não controladores recebem opções em ações</p>	<p>O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 3 membros x 12 = 36 / 12 = 3 membros</p>	

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social de 2015, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
b. Nº total de membros	8	2,9	3	
c. Nº de membros remunerados	8	2,9	3	
d. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em:				
. Salário ou pró-labore	4.548.000,00	3.210.833,33	559.000,00	8.317.833,33
. Benefícios diretos e indiretos	111.968,91	99.355,60	0,00	211.324,51
. Remuneração por participação em Comitês	468.000,00	0,00	0,00	468.000,00

. Outros (FGTS)	220.320,00	256.866,66	0,00	477.186,66
ii. Remuneração Variável, segregada em:				
. Bônus				
. Participação nos resultados	3.510.000,00	3.210.833,33	0,00	6.720.833,33
. Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
. Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
iv. Benefícios motivados pela Cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0,00	28.467,27	0,00	28.467,27
e. Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	8.858.288,91	6.806.356,19	559.000,00	16.223.645,10
f. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	16.223.645,10			
Observações	<p>(1) No total dos membros do Conselho de Administração estão incluídos membros do Comitê Executivo (num total de 2), sendo que um deles é também membro do Conselho de Administração, porém não recebe qualquer remuneração como membro do CA, recebendo a totalidade de sua remuneração como membro do Comitê Executivo;</p> <p>(2) Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os membros efetivos do Comitê Executivo fazem jus a participação nos resultados;</p> <p>(3) O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 8 membros x 12 = 96/12 = 8</p>	<p>(1) Dois dos diretores são também membros indicados do CE porém recebem a totalidade de sua remuneração como Diretores, nada recebendo como membros do Comitê;</p> <p>(2) Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes e o valor da ação em Bolsa na Data do exercício da opção, foi considerada no valor da remuneração, sendo que apenas os diretores estatutários não controladores recebem opções em ações</p> <p>(3) O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício CVM (Jan à Jun 3 membros x 6 = 18 + Jul 2 membros x 1 = 2, e Ago à Dez 3</p>	<p>O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 3 membros x 12 = 36 / 12 = 3 membros</p>	

	membros)	membros X 5 = 15, sendo 18 + 2 + 15 = 35/12 = 2,9		
--	----------	---	--	--

Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2014, do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	3	3	
Nº de membros remunerados	8	3	3	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.213.250,00	3.184.000,00	547.000,00	8.944.250,00
Benefícios direto e indireto	104.342,88	117.989,58	0,00	222.332,46
Participações em Comitês	449.750,00	0,00	0,00	449.750,00
Outros	277.920,00	254.720,00	0,00	532.640,00
Descrição de outras remunerações fixas	FGTS			
Remuneração Variável				
Bônus				
Participação de resultados	3.474.000,00	3.184.000,00	0,00	6.658.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	53.154,09	0,00	53.154,09
TOTAL	9.519.262,88	6.793.863,67	547.000,00	16.860.126,55
Observações	<p>1. No total dos membros do Conselho de Administração estão incluídos membros do Comitê Executivo (num total de 2), sendo que um deles é também membro do Conselho de Administração, porém não recebe qualquer remuneração como membro do CA, recebendo a totalidade de sua remuneração como membro do Comitê Executivo;</p> <p>2. Os membros do CA não recebem remunera-</p>	<p>(2) Dois dos diretores são também membros indicados do CE porém recebem a totalidade de sua remuneração como Diretores, nada recebendo como membros do Comitê;</p> <p>(2) Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes e o valor da ação em Bolsa na Data do exercício da opção, foi considerada no valor da remuneração, sendo que apenas os diretores estatutários</p>	<p>O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 3 membros x 12 = 36 / 12 = 3 membros</p>	

	<p>ção variável, apenas os membros efetivos do Comitê Executivo fazem jus a participação nos resultados;</p> <p>3. O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM (Jan à Dez 8 membros x 12 = 96/12 = 8 membros)</p>	<p>não controladores recebem opções em ações</p> <p>3. O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício CVM (Jan à Dez 3 membros x 12 = 36/12 = 3)</p>		
--	---	--	--	--

Remuneração reconhecida no resultado do exercício 2013 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8,6666	3,6666	3	
Nº de membros remunerados	8,6666	3,6666	3	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.395.000,00	3.406.000,00	507.000,00	9.308.000,00
Benefícios direto e indireto	100.282,69	134.808,96	0,00	235.091,65
Participações em Comitês	390.000,00	0,00	0,00-	390.000,00
Outros	306.800,00	272.480,00	0,00	579.280,00
Descrição de outras remunerações fixas	FGTS	FGTS		
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	3.835.000,00	3.406.000,00	0,00	7.241.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	104.524,24	0,00	104.524,24
Observações	<p>(3) No total dos membros do Conselho de Administração foram considerados os membros do Comitê Executivo (num total de 3), sendo que um dos membros do Conselho de Administração não recebe qualquer remuneração como membro do CA, recebendo a totalidade</p>	<p>3.) Um dos membros da Diretoria (falecido em ago/13) era também membro efetivo do Comitê Executivo (CE), e recebia parte de sua remuneração como Diretor e parte como membro do CE;</p> <p>4.) Dois dos diretores são também membros indicados do CE porem</p>	<p>1.) O nr. de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2013 (Jan à Dez 3 membros x 12 = 36 / 12 = 3 membros</p> <p>2.) Cfe programa do Governo Federal de desoneração da</p>	

	<p>de sua remuneração como membro do Comitê Executivo;</p> <p>(4) Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os membros efetivos do Comitê Executivo fazem jus a participação nos resultados;</p> <p>(5) O nº de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2013 (Jan à Ago 9 membros x 8 = 72) + 8 membros de Set à Dez x 4 = 104/12 = 8,6666 membros)</p> <p>(6) Cfe programa do Governo Federal de desoneração da folha de pagamento, a Cia está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Em razão disso, não há valores específicos de INSS incidentes sobre a folha de pagamento dos administradores</p>	<p>recebem a totalidade de sua remuneração como Diretores, nada recebendo como membros do Comitê;</p> <p>5.) Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes e o valor da ação em Bolsa na Data do exercício da opção, foi considerada no valor da remuneração, sendo que apenas os diretores estatutários não controladores recebem opções em ações</p> <p>6.) O nr de membros foi calculado na forma do disposto no Ofício CVM 001/13 (Jan à Ago 4 membros x 8 = 32 + Set à Dez 3 membros X 4 = 12, sendo 32 + 12 = 44/12 = 3,6666</p> <p>7.) Cfe cronograma do Governo Federal de desoneração da folha de pagamento, a Cia está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas ao INSS com base na folha de pagamento pelas contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Em razão disso, não há valores específicos de INSS incidentes sobre a folha dos administr.</p>	<p>folha de pagamento, a Cia está enquadrada na gama de empresas que substitui as contribuições pagas sobre a receita bruta (descontando as receitas de exportação). Em razão disso, não há valores específicos de INSS incidentes sobre a folha de pagamento dos administradores</p>	
Total da remuneração	10.027.082,69	7.323.813,20	507.000,00	17.857.895,89

Observação: Os valores reconhecidos no resultado do exercício 2013 estão menores do que os que estavam previstos, em razão de ter falecido em 27.08.2013 um dos Diretores e membro do Comitê Executivo

13.3. Remuneração Variável dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Membros do Conselho Fiscal e membros do Conselho de Administração da companhia, não fazem jus a remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração que participam, também, do Comitê Executivo e ou da Diretoria da companhia, recebem um valor a título de participação nos resultados, porém, tal valor será devido, exclusivamente em razão de serem membros do Comitê Executivo e/ou da Diretoria da companhia.

Remuneração Variável prevista para o presente exercício de 2016			
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
b) Nº total de membros	Oito	Três	Três
c) Nº de membros remunerados	Dois	Três	Nenhum
d) Bônus	Não se aplica		
e) Participação no resultado			Não se aplica
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)			
ii. <u>Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)</u>	<u>R\$ 2.910,0 mil</u>	<u>R\$ 3.484,0 mil</u>	
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (*)			
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais			
Observações:			
<p><i>Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração variável. O valor acima refere-se ao valor da participação nos resultados recebida por membros do Comitê Executivo, cuja remuneração está inserida na remuneração do Conselho de Administração, uma vez que não há campo próprio no Formulário de Referência para a remuneração dos membros de Comitês estatutários.</i></p> <p>(*) A companhia não possui um Plano de Remuneração para os membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal, porém, de acordo com o Art. 25 de seu Estatuto Social “Os membros efetivos do Comitê Executivo e os membros da Diretoria, farão jus a uma participação nos lucros da companhia no exercício social em relação ao qual for atribuído o dividendo obrigatório de que trata a letra “b” do Artigo 36, não podendo, entretanto, o total da participação de tais administradores ultrapassar a remuneração anual dos mesmos, nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor.” O Parágrafo Único do referido Artigo 25 dispõe que “O Conselho de Administração poderá aprovar participação nos resultados adicional a prevista no “caput” deste Artigo, para os diretores estatutários não pertencentes ao grupo de controle, em exercícios onde o desempenho da companhia tenha superado as metas de lucro líquido”.</p>			

Remuneração Variável paga no exercício de 2015			
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
b. Nº total de membros	8	2,9	3
c. Nº de membros remunerados	2	2,9	Nenhum
d. Bônus	Não se aplica		
e. Participação no resultado			Não se aplica
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)			
ii. <u>Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)</u>	<u>R\$ 3.510,0 mil</u>	<u>R\$ 3.210,8 mil</u>	
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (*)			
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais			
Observações:			
<p><i>Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração variável. O valor acima refere-se</i></p>			

ao valor da participação nos lucros recebida por membros do Comitê Executivo, cuja remuneração está inserida na remuneração do Conselho de Administração, uma vez que não há campo próprio no Formulário de Referência para a remuneração dos membros de Comitês estatutários.

(*) A companhia não possui um Plano de Remuneração para os membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal, porém, de acordo com o Art. 25 de seu Estatuto Social “Os membros efetivos do Comitê Executivo e os membros da Diretoria, farão jus a uma participação nos lucros da companhia no exercício social em relação ao qual for atribuído o dividendo obrigatório de que trata a letra “b” do Artigo 36, não podendo, entretanto, o total da participação de tais administradores ultrapassar a remuneração anual dos mesmos, nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor.” O Parágrafo Único do referido Artigo 25 dispõe que “O Conselho de Administração poderá aprovar participação nos resultados adicional a prevista no “caput” deste Artigo, para os diretores estatutários não pertencentes ao grupo de controle, em exercícios onde o desempenho da companhia tenha superado as metas de lucro líquido”.

- Um membro efetivo do Comitê Executivo é, também, membro do Conselho de Administração, porém, receberá remuneração apenas como membro do Comitê Executivo;
- Um membro efetivo e um dos membros indicados do Comitê Executivo são também diretores estatutários, e recebem a remuneração apenas como Diretores;
- os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não recebem remuneração variável
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

Remuneração Variável paga no exercício de 2014			
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
b. Nº de membros	Oito	Três	Três
c. Nº de membros remunerados	Dois	Tres	Nenhum
d. Bônus	Não se aplica		
e. Participação no resultado			Não se aplica
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)			
ii. <u>Valor máximo previsto no plano de remuneração</u> (*)	R\$ 3.474,0 mil	R\$ 3.184,0 mil	
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (*)			
Observações:			
<p><i>Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração variável. O valor acima refere-se ao valor da participação nos lucros recebida por membros do Comitê Executivo, cuja remuneração está inserida na remuneração do Conselho de Administração, uma vez que não há campo próprio no Formulário de Referência para a remuneração dos membros de Comitês estatutários.</i></p>			
<p>(*) A companhia não possui um Plano de Remuneração para os membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal, porém, de acordo com o Art. 25 de seu Estatuto Social “Os membros efetivos do Comitê Executivo e os membros da Diretoria, farão jus a uma participação nos lucros da companhia no exercício social em relação ao qual for atribuído o dividendo obrigatório de que trata a letra “b” do Artigo 36, não podendo, entretanto, o total da participação de tais administradores ultrapassar a remuneração anual dos mesmos, nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor.” O Parágrafo Único do referido Artigo 25 dispõe que “O Conselho de Administração poderá aprovar participação nos resultados adicional a prevista no “caput” deste Artigo, para os diretores estatutários não pertencentes ao grupo de controle, em exercícios onde o desempenho da companhia tenha superado as metas de lucro líquido”.</p>			
<ul style="list-style-type: none"> • Um membro efetivo do Comitê Executivo é, também, membro do Conselho de Administração, 			

porém, receberá remuneração apenas como membro do Comitê Executivo;

- Um membro efetivo e um dos membros indicados do Comitê Executivo são também diretores estatutários, e recebem a remuneração apenas como Diretores;
- os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não recebem remuneração variável
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

Remuneração Variável paga no exercício de 2013			
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
b) Nº de membros	8,6666	3,6666	Três
c) Nº de membros remunerados	3	3,6666	Nenhum
d) Bônus	Não se aplica		
e) Participação no resultado			Não se aplica
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)			
ii. <u>Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)</u>	<u>R\$ 4.121,0 mil</u>	<u>R\$ 3.770,0 mil</u>	
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas (*)			
iv. <u>Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício</u>	<u>R\$ 3.835,0 mil</u>	<u>R\$ 3.406,0 mil</u>	

Observações:

Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração variável. O valor acima refere-se ao valor da remuneração variável recebida por membros do Comitê Executivo, cuja remuneração está inserida na remuneração do Conselho de Administração, uma vez que não há campo próprio no Formulário de Referência para a remuneração dos membros de Comitês estatutários.

(*) A companhia não possui um Plano de Remuneração para os membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal, porém, de acordo com o Art. 25 de seu Estatuto Social "Os membros efetivos do Comitê Executivo e os membros da Diretoria, farão jus a uma participação nos lucros da companhia no exercício social em relação ao qual for atribuído o dividendo obrigatório de que trata a letra "b" do Artigo 36, não podendo, entretanto, o total da participação de tais administradores ultrapassar a remuneração anual dos mesmos, nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite que for menor." O Parágrafo Único do referido Artigo 25 dispõe que "O Conselho de Administração poderá aprovar participação nos resultados adicional a prevista no "caput" deste Artigo, para os diretores estatutários não pertencentes ao grupo de controle, em exercícios onde o desempenho da companhia tenha superado as metas de lucro líquido".

- Um membro efetivo do Comitê Executivo é, também, membro do Conselho de Administração, porém, recebe remuneração apenas como membro do Comitê Executivo;
- 1 (um) dos membros efetivos do Comitê Executivo (de um total de 3 membros efetivos), falecido em 27.08.2013, era também Diretor, e recebia parte de sua remuneração como membro do Comitê Executivo, e parte como Diretor;
- os 2 (dois) membros indicados do Comitê Executivo são também diretores estatutários, e recebem a remuneração apenas como Diretores;
- os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não recebem remuneração variável
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.
- A diferença entre o valor previsto e o efetivamente reconhecido, decorre do fato de um dos membros do Comitê Executivo e da Diretoria ter falecido em 27.08.2013

13.4. Plano de remuneração baseado em ações da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

- (i) Plano de Opções de Compra e/ou subscrição de Ações, que prevê a possibilidade de serem aprovados dois tipos de programa: o Programa Anual e/ou o Programa Adicional. Num mesmo ano não haverá obrigatoriedade de serem criados ambos os Programas (Programa Anual e Programa Adicional), podendo ser criado apenas um ou outro, ou mesmo nenhum. No Programa Anual de opções somente é considerada como remuneração a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Programa e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção.
- (ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas, aprovado em 2015 em substituição ao Programa Adicional.

Dentre os administradores da Companhia, apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações e/ou ações restritas.

a.) Termos e condições gerais dos Planos

a.1.) Plano de Opções:

- (i) *O Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia (Plano de Opções), foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005, alterado pela AGO/E de 23 de março de 2006 e pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 27.10.2006, 03.12.2007, 19.12.2012 e 27.06.2013, e abrange os Programas Anual e Adicional. É o próprio executivo, participante de um Programa Anual e/ou Programa Adicional, quem desembolsa o valor necessário ao pagamento das ações que vier a adquirir em decorrência das opções recebidas, ao preço de exercício acordado no Programa Anual e/ou Programa Adicional de Opções (contrato que dá ao detentor da opção o direito mas não a obrigação de adquirir ações da Companhia no prazo e preço fixados no respectivo Plano/Programas). As ações são pagas à vista, em moeda corrente, na Data de Exercício respectiva. A participação no Plano de Opções não confere aos participantes garantia de emprego e/ou manutenção de contrato de prestação de serviços com a Companhia.*
- (ii) *Os membros do Conselho de Administração não estão incluídos no Plano de Opções da Companhia. São considerados Participantes do Plano de Opções, além dos empregados executivos da companhia e de suas controladas, apenas os Diretores estatutários que não sejam controladores da Companhia. Atualmente, apenas três administradores (Diretores estatutários), fazem parte do Plano de Opções da companhia. Anualmente, o Conselho de Administração poderá aprovar (i) um Programa Anual de Opções, que será válido para os executivos e diretores estatutários não controladores, que tenham exercido suas atividades na ou para a Companhia antes de 31 de dezembro do ano em que for aprovado cada Programa Anual, e que continuem prestando serviços à Companhia na Data de Exercício, e (ii) um Programa Adicional de Opções, que será válido para os executivos e diretores estatutários não controladores, que estejam exercendo suas atividades na ou para a Companhia na data da outorga da opção.*
- (iii) *A adesão ao Programa Anual se dá por meio da assinatura do participante no termo de adesão respectivo, por ocasião da compra ou subscrição das ações objeto de cada Programa Anual, ou seja, na Data de Exercício. A Data de Exercício em 2014, referente ao Programa 2013, se deu no período de 28 de fevereiro e 31 de março de 2014 e, em 2015 no período de 27 de fevereiro à 31 de março de 2015. Já a adesão ao Programa Adicional se dá com a assinatura pelo participante*

do Termo de Outorga, na data da outorga da opção. No exercício de 2012 aconteceu o primeiro e único Programa Adicional, e as respectivas opções foram outorgadas no dia 19.12.2012.

- (iv) As opções de compra e/ou subscrição não podem ser cedidas e/ou transferidas pelo Participante. Exercida a opção, às ações assim adquiridas e/ou subscritas serão assegurados todos os direitos pertinentes à espécie e classe respectiva, inclusive o de receber dividendos ou juros sobre o capital declarados após a Data de Exercício. Poderão, inclusive, as ações adquiridas dentro do Programa Anual, e mediante solicitação e justificção escrita do participante, serem parcial ou totalmente, transferidas para os herdeiros e/ou cônjuge/companheiro do participante, desde que as ações tenham sido efetivamente pagas, na sua totalidade, e desde que permaneçam indisponíveis, nos termos estabelecidos no Plano de Opções e respectivo Programa.

O exercício das opções de compra e/ou subscrição de ações com base no Plano de Opções tem por objeto ações preferenciais escriturais de emissão da Companhia e que estejam em tesouraria, adquiridas no mercado para esta finalidade, podendo, entretanto, a Companhia, emitir novas ações para esse fim, nos termos da legislação em vigor.

O Plano de Opções é administrado pela Área de Desenvolvimento Organizacional da companhia, e monitorado pelo Comitê de RH e Ética, sendo que os Programas Anual e/ou Adicional são aprovados pelo Conselho de Administração.

a.2. Plano Ações Restritas:

- (i) O Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas (Plano de Ações Restritas), foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de março de 2015 e pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015, e veio substituir o Programa Adicional. Pelo Plano de Ações Restritas o executivo receberá ações preferenciais escriturais de emissão da companhia, sem qualquer desembolso, desde que cumpridas as exigências do Plano, e em quantidade calculada conforme a seguinte fórmula: $\text{Outorga} = \frac{\text{Salário Atual} \times \text{Nível premiação (nº salários)}}{\text{Preço médio das Ações nos 60 pregões anteriores a outorga}}$

Preço médio das Ações nos 60 pregões anteriores a outorga

- (ii) O valor das ações que forem entregues aos executivos será considerada remuneração, no ano em que as ações forem efetivamente transferidas ao participantes, após decorrido o prazo de carência e desde que cumpridas as exigências do Plano. A participação no Plano de Ações Restritas não confere aos participantes garantia de emprego e/ou manutenção de contrato de prestação de serviços com a Companhia.
- (iii) Os membros do Conselho de Administração não estão incluídos no Plano de Ações Restritas. São considerados Participantes do Plano de Ações Restritas, além dos empregados executivos da companhia e de suas controladas, apenas os Diretores estatutários que não sejam controladores da Companhia. Atualmente, apenas três administradores (Diretores estatutários), fazem parte do Plano de Ações Restritas da companhia. Anualmente, o Conselho de Administração poderá aprovar um Programa Anual de Ações Restritas, que será válido para os executivos e diretores estatutários não controladores, e com os quais forem firmados Termos de Outorga; Em 13 de maio de 2015 foram aprovados os primeiros Programas de Ações Restritas;
- (iv) As ações restritas, enquanto não forem efetivamente transferidas para o participante, não poderão ser cedidas e/ou transferida, assim como não terão os Participantes quaisquer direitos ou privilégios de acionistas da Companhia antes de decorrido o Prazo de Carência e até que sejam cumpridas todas as exigências e normas do Plano.
- (v) As ações a serem entregues aos Participantes com base no Plano de Ações Restritas tem por objeto ações preferenciais escriturais de emissão da Companhia e que estejam em tesouraria, adquiridas no mercado para esta finalidade, podendo, entretanto, a Companhia, emitir novas ações para esse fim, nos termos da legislação em vigor.
- (vi) O Plano em Ações Restritas é administrado pelo Conselho de Administração, com a assessoria do Comitê de RH e Ética e Diretoria de Recursos Humanos/Desenvolvimento Organizacional.

b.) Principais objetivos dos Planos de Opções da Companhia:

- *Alinhar os interesses dos Participantes e familiares e herdeiros dos Participantes aos dos acionistas;*
- *Incentivar o Participante a um compromisso com os resultados de curto, médio e longo prazo da Companhia;*
- *Motivar e reconhecer os executivos da Companhia;*
- *Estimular o sentimento de propriedade e comprometimento dos Participantes e familiares ou herdeiros dos mesmos;*
- *Atrair e, principalmente, reter talentos.*

Além disso, o Plano de Ações Restritas objetiva, também, compor o pacote de remuneração dos principais executivos, e estimular a melhoria dos produtos, processos e serviços, ampliando a visão para o longo prazo, de forma empreendedora e sustentável.

c.) Forma como os planos contribuem para esses objetivos:

O fato do Participante ser proprietário de opções em ações e/ou de ações de emissão da Companhia, incentiva o Participante a um compromisso com os resultados de curto, médio e longo prazo da Companhia.

d.) Como os planos se inserem na política de remuneração da companhia:

d.1.) No Plano de Opções da companhia, apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Programa Anual, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração.

d.2.) No Plano em Ações Restritas, o valor total das ações que forem transferidas ao Participante, será considerada como remuneração.

e.) Como os planos alinham os interesses dos administradores e da companhia a curto, médio e longo prazo:

Com a aquisição de opções e/ou de ações, os executivos passam a ter o interesse na valorização das ações, nos dividendos e resultados da companhia. O executivo passa a pensar também como acionista.

f.) e g.) Número máximo de ações abrangidas e de opções a serem outorgadas:

f. e g.1.) Plano de Opções: Para cálculo do número de opções/ações que podem ser adquiridas pelos participantes de cada Programa Anual, vem sendo utilizado como parâmetro o valor correspondente a 1/3 do total da remuneração variável que tiver sido creditado ao Participante até a Data de Exercício.

Para o cálculo do número de opções que podem ser outorgadas aos participantes do Programa Adicional, considera-se o potencial de ganho futuro definido para cada participante. A partir disso efetua-se o cálculo da necessidade de opções do Programa, considerando a expectativa de valorização da ação no período (market cap) baseado no Planejamento Estratégico da companhia.

f. e g.2.) Plano em Ações Restritas: Para cálculo do número de ações a serem transferidas aos Participantes de cada Programa Anual, será utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Outorga} = \frac{\text{Salário Atual} \times \text{Nível premiação (nº salários)}}{\text{Preço médio das Ações nos 60 pregões anteriores a outorga}}$$

O limite de ações vinculadas aos Planos não poderá, a qualquer tempo, exceder a 5% (cinco por cento) do total das ações da mesma espécie emitidas pela Companhia.

h.) Condições de aquisição de ações:

Para que um Participante do Programa Anual de Opções receba a opção de adquirir ações da companhia, é necessário que tenha exercido suas atividades na ou para a Companhia antes de 31 de dezembro do ano em que for aprovado cada Programa Anual, e que continue prestando serviços à Companhia na Data de Exercício da opção.

Para receber uma opção dentro do Programa Adicional de Opções, é necessário que esteja exercendo suas atividades na ou para a Companhia na data da outorga da respectiva opção, e que tais atividades sejam consideradas de alto nível de responsabilidade, impacto e importância para sustentabilidade dos resultados da Companhia. Caso o participante venha a ser desligado da companhia de forma voluntária, as opções não exercidas serão canceladas. Nos demais casos, poderá exercer as opções de forma proporcional ao tempo trabalhado dentro do período de carência.

Para receber as ações dentro de um Programa de Ações Restritas, deverá ser apurado o resultado das metas anuais que irão definir o montante de ações. Além disso, o Participante terá que manter seu vínculo com a Companhia durante o período de carência, que será de no mínimo 2 e no máximo 5 anos, contados da data de assinatura do Termo de Outorga.

i.) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço de exercício das opções de compra ou subscrição de ações, a partir de 19.12.2012, é determinado pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 60 (sessenta) pregões da BM&FBOVESPA, anteriores a data de assinatura do Termo de Outorga, para o Programa Adicional, e anteriores ao início do período para compra ou subscrição das ações no Programa Anual, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão. Além disso, o Conselho de Administração poderá conceder, para os Participantes do Programa Anual, um desconto de até 20% no preço da compra ou subscrição das ações, objetivando estimular os Participantes a exercerem as opções outorgadas. De qualquer forma, o preço final para aquisição ou subscrição das ações não poderá ser inferior a 80% do valor médio de Bolsa das ações no dia anterior ao da efetiva compra ou subscrição, nem superior ao preço de mercado na Data de Exercício. Para as opções outorgadas em janeiro de 2014, com base no Programa 2013, o valor da ação foi fixado em R\$4,33 por ação, e representou o preço médio ponderado da cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia, nos últimos 60 pregões da BM&FBovespa, anteriores a 28.02.2014, tendo sido aplicado um desconto de 15%, nos termos do regulamento. Já para os Participantes do Programa Adicional 2012, considerando que o preço médio ponderado da cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia nos últimos 60 pregões, anteriores a 19.12.2012, foi de R\$12,23, este foi o preço fixado pelo Conselho de Administração para aquisição de cada ação, quando do exercício das opções respectivas. Para as opções outorgadas em janeiro de 2015, com base no Programa 2014, o valor da ação foi fixado em R\$2,38. O preço médio ponderado da cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia, nos últimos 60 pregões da BM&FBOVESPA anteriores a 27.02.2015 foi de R\$2,98, sendo que o preço médio no dia 26.02.2015, anterior a data de exercício foi de R\$2,47, tendo sido aplicado um desconto de 20%, nos termos do regulamento em vigor.

No que se refere ao Plano de Ações Restritas, o preço da ação para efeito de cálculo de outorga é determinado pela média ponderada da cotação das ações nos 60 pregões da Bolsa de Valores de São Paulo, anteriores a data de outorga, utilizando-se para tanto a cotação média das ações em cada pregão.

j.) Critério para fixação do prazo de exercício:

Programa Anual: O prazo de exercício das opções foi fixado de forma a coincidir com o período em que os participantes recebem da companhia o valor da remuneração variável, de forma que eles tenham recursos para pagar a vista as ações adquiridas e/ou subscritas com base no Plano.

Programa Adicional: O critério utilizado são as práticas de mercado. O prazo de exercício vigorará após encerrar 3 anos de carência e, vencido o prazo de carência, o participante terá mais 2 anos para exercer ou não as opções outorgadas, conforme práticas de mercado que caracterizam os planos de opções.

Programa Ações Restritas: O critério utilizado são as práticas de mercado. O período de carência será de, no mínimo 2 e no máximo 5 anos.

k.) Forma de liquidação:

As ações adquiridas com base no Plano de Opções devem ser pagas a vista, na data do exercício da opção.

As ações adquiridas com base no Plano de Ações Restritas serão transferidas aos Participantes sem qualquer ônus, após decorrido o prazo de carência, e obedecidas as demais formalidades do Plano.

l.) Restrições a transferência das ações:

l.1) Programa Anual:

As ações compradas e/ou subscritas com base no Plano de Opções, dentro de um determinado exercício (Programa Anual), bem como aquelas que venham a ser acrescidas em razão de bonificações ou desdobramentos, ficarão indisponíveis até o dia 31 de dezembro do ano em que tiverem sido adquiridas. Após esse prazo inicial, o participante poderá dispor das ações nas seguintes proporções e prazos:

- a) 35% das ações compradas ou subscritas no âmbito de cada Programa Anual, desprezadas eventuais frações inferiores a uma ação, ficarão liberadas a partir do mês de Janeiro do ano seguinte ao da respectiva compra ou subscrição;*
- b) 35% das ações compradas ou subscritas no âmbito de cada Programa Anual, desprezadas eventuais frações inferiores a uma ação, ficarão liberadas a partir do mês de Janeiro do segundo ano após a respectiva compra ou subscrição; e*
- c) o saldo restante das ações compradas ou subscritas no âmbito de cada Programa Anual ficará liberado a partir do mês de Janeiro do terceiro ano após o da respectiva compra ou subscrição.*

As ações gravadas com a indisponibilidade acima prevista ficarão total e antecipadamente liberadas, se e quando ocorrer:

- invalidez ou falecimento do Participante;*
- desligamento do Participante por aposentadoria;*
- desligamento do Participante provocado pela Companhia.*

Nos casos em que o Participante venha a ser desligado da Companhia por solicitação do próprio Participante, bem como nos casos em que o Participante tenha transferido as ações a herdeiro e/ou cônjuge/companheiro, os prazos de indisponibilidade acima deverão ser cumpridos.

l.2) Programa Adicional: *Considerando que as opções exercidas dentro de um Programa Adicional, só podem ser compradas e/ou subscritas após decorrido o prazo de carência, nos termos do Plano e Programa Adicional respectivo, após o exercício da opção o participante poderá dispor das ações livremente.*

l.3. Programa Ações Restritas: *Considerando que as ações somente serão transferidas aos Participantes após decorrido o prazo de carência, será após esse prazo que o participante poderá dispor das ações.*

m.) Crerios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção dos planos:

A alteração, suspensão ou extinção do plano se dará por deliberação do Conselho de Administração nesse sentido e/ou da Assembleia Geral.

n.) Efeitos da saída do administrador da companhia, sobre seus direitos previstos nos planos:

Programa Anual: Considerando que é condição, para ser participante de um Programa Anual, que o administrador esteja prestando serviços à companhia na data de exercício, e que as ações assim adquiridas são pagas a vista, na data de exercício, a única consequência que poderá afetar o participante que for desligado da companhia, e apenas se o desligamento for decorrente de solicitação do próprio participante, é que ele deverá observar os prazos de indisponibilidade das ações previstos no regulamento.

Programa Adicional: Nos casos de desligamento de um Participante do Programa Adicional, tanto por desligamento voluntário, desligamento por iniciativa da Companhia, aposentadoria, morte ou invalidez permanente, poderá o Participante (ou o beneficiário do Participante em caso de morte), desde que vencido o Prazo de Carência, exercer a totalidade das opções recebidas e ainda não exercidas, num prazo de até 90 dias após o desligamento.

Nos casos de opções que ainda se encontrem dentro do Prazo de Carência, deverão ser utilizados os seguintes critérios:

- Se o desligamento for voluntário, as opções serão canceladas;*
- Se o desligamento se der por iniciativa da empresa, incluindo aposentadoria, o Participante poderá exercer as opções recebidas proporcionalmente ao tempo trabalhado dentro do Prazo de Carência, de acordo com a vigência deste Programa, e mediante assinatura de Termo de Não Competição;*
- Se o desligamento de ser em razão de morte ou invalidez permanente, o Participante ou o beneficiário do Participante poderá exercer as opções recebidas proporcionalmente ao tempo trabalhado pelo Participante dentro do Prazo de Carência, de acordo com a vigência deste Programa.*

Nos casos de morte e invalidez permanente, o exercício das opções será concedido ao Participante ou beneficiário do Participante declarado em termo específico.

Se o Participante, após receber as opções, tiver seu cargo ou função alterada para um cargo ou função não elegível, terá o direito de exercer as opções que já tiverem sido outorgadas, na proporção aos meses trabalhados na função elegível, observados os prazos e regras previstas no Plano e neste Programa Adicional.

Casos individuais poderão ocorrer, excepcionalmente, desde que analisados pelo Comitê de RH e Ética e aprovados pelo Conselho de Administração, não podendo, entretanto, em qualquer hipótese, serem alterados os Períodos de Carência dos Programas em vigor.

Programa de Ações Restritas: Em caso de desligamento do Participante, as Ações Restritas dentro do Período de Carência (*vesting*) seguirão as definições abaixo, mediante a forma de desvinculação:

(a) Desligamento por Iniciativa da Companhia, Aposentadoria Definitiva, Morte ou Invalidez: as ações restritas serão disponibilizadas ao Participante em até 90 dias, proporcionalmente ao tempo trabalhado dentro do Prazo de Carência (*vesting*), de acordo com a vigência de cada Programa Anual de Ações Restritas.

(b) Desligamento Voluntário (Pedido de Demissão): todas as Ações Restritas serão canceladas.

(c) Nos casos de morte e invalidez permanente: as Ações Restritas serão disponibilizadas, proporcionalmente ao tempo trabalhado dentro do Prazo de Carência (*vesting*) de acordo com a vigência de cada Programa Anual, ao(s) beneficiário(s) do Participante declarado em termo específico.

Situações excepcionais serão analisadas pelo Comitê de RH e Ética e submetidas a validação do Conselho de Administração.

13.5. Plano de Opções em ações da Diretoria Estatutária, reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e o previsto para o presente exercício (Os membros do Conselho de Administração não estão contemplados no Plano de Opções em ações da companhia)

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2015:

	PROGRAMA ANUAL	PLANO DE AÇÕES RESTRITAS
a. Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria
b. Nr. total de membros incluídos no Plano	03	04
c. Nr. de membros remunerados	03	04
d. Em relação a cada outorga de opções e compra de ações		
i. Data da outorga	12/01/2015	31/07/2015
ii. Quantidade de opções outorgadas	323.303	471.696
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 27/02/2015 a 31/03/2015	2 anos após outorga p/ Programa 2014 e 3 anos após outorga p/o Programa 2015
iv. Prazo máximo para exercício da opção	Até 31/03/2015	-0-
v. Prazo de restrição à transferência de ações	- 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2016; - 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2017; - 30% ficarão liberadas a partir de Jan/2018;	Durante o período de carência. Após o exercício da opção não há restrição
- Valor da opção exercida (preço de aquisição)	R\$ 2,38	Ainda não exercida
- Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 29.097,27	Ainda não exercida
vi. Preço médio por ação das opções exercidas	R\$ 2,38	Ainda não exercida
e. Valor da ação na data da outorga	R\$ 2,47	R\$2,28
f. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	
<u>Observações:</u>		
- Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os Diretores estatutários não controladores		
- O PROGRAMA ADICIONAL foi substituído pelo Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.		
- As opções outorgadas em 2015 dentro do PLANO DE AÇÕES RESTRITAS referem-se aos PROGRAMAS 2014 e 2015		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2014:

	PROGRAMA ANUAL	PROGRAMA ADICIONAL
Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria
Nr. de membros incluídos no Plano	03	03
Data da outorga da opção de compra de ações	06/01/2014	-0-

Quantidade de opções outorgadas	161.073	-0-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 28/02/2014 a 31/03/2014	-0-
Prazo máximo para exercício da opção	Até 31/03/2014	-0-
Opções exercidas/nº ações adquiridas	161.073	-0-
Data exercício das opções	28/02/2014	-0-
Prazo de restrição à transferência das ações	- 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2015; - 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2016; - 30% ficarão liberadas a partir de Jan/2017;	-0-
- Valor da opção exercida (preço de aquisição)	R\$ 4,33	-0-
- Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 53.154,09	-0-
Preço médio por ação das opções exercidas (*)	R\$ 4,33	-0-
Preço médio da ação em bolsa na data de exercício	R\$ 4,66	-0-
Valor da ação na data da outorga da opção	R\$ 4,89	-0-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	
Observações:		
(*) Todas as opções outorgadas com base no PROGRAMA ANUAL são exercidas, na sua totalidade, em um único dia (data de exercício), não restando opções em aberto, nem perdidas, nem expiradas		
Para fins do item 13.7 do Formulário de Referência, a Companhia informa que se encontram em aberto todas as opções outorgadas em 2012 com base no PROGRAMA ADICIONAL		
Em 2014 não foram outorgadas opções com base no PROGRAMA ADICIONAL.		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2013:

	PROGRAMA ANUAL	PROGRAMA ADICIONAL
Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria
Nr. de membros incluídos no Plano	03	03
Data da outorga da opção de compra de ações	07/01/2013	-0-
Quantidade de opções outorgadas	55.598	-0-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 28/02/2013 a 28/03/2013	-0-
Prazo máximo para exercício da opção	Até 28/03/2013	-0-
Data exercício das opções	28/03/2013	-0-
Prazo de restrição à transferência das ações	- 35% ficarão liberadas a partir de Jan/2014; - 35% ficarão liberadas a partir de	-0-

	Jan/2015; - 30% ficarão libera- das a partir de Jan/2016;	
Opções exercidas/nº ações adquiridas	55.598	
Data exercício das opções	28/02/2013	
- Valor da opção exercida (preço de aquisição)	R\$ 11,05	-0-
- Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 104.524,24	-0-
Preço médio por ação das opções exercidas (*)	R\$ 11,05	-0-
Valor da ação na data da outorga da opção	R\$ 12,93	-0-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	
Observações:		
(*) Todas as opções outorgadas com base no PROGRAMA ANUAL são exercidas, na sua totalidade, em um único dia (data de exercício), não restando opções em aberto, nem perdidas, nem expiradas		
Para fins do item 13.7 do Formulário de Referência, a Companhia informa que se encontram em aberto todas as opções outorgadas em 2012 com base no PROGRAMA ADICIONAL		
Em 2013 não foram outorgadas opções com base no PROGRAMA ADICIONAL.		

Opções previstas para 2016:

	PROGRAMA ANUAL	PLANO DE AÇÕES RESTRITAS
a. Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria
b. Nr. total de membros incluídos no Plano	03	03
c. Nr. de membros remunerados	03	03
d. Em relação a cada outorga de opções e compra de ações		
i. Data da outorga	12/01/2016	Ainda não outorgada
ii. Quantidade de opções outorgadas	1.015.345	-0-
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	De 26/02/2016 a 31/03/2016	2 anos após outorga p/ Programa 2014 e 3 anos após outorga p/o Programa 2015
iv. Prazo máximo para exercício da opção	Até 31/03/2016	-0-
v. Prazo de restrição à transferência de ações	- 35% ficarão libera- das a partir de Jan/2017; - 35% ficarão libera- das a partir de Jan/2018; - 30% ficarão libera- das a partir de Jan/2019;	Durante o período de carência. Após o exercício da opção não há restrição
- Valor da opção exercida (preço de aquisição)	Ainda não exercida	-0-
- Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções	Ainda não exercida	-0-

exercidas		
vi. Preço médio por ação das opções exercidas	Ainda não exercida	-0-
e. Valor da ação na data da outorga	R\$ 1,75	Ainda não outorgada
f. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	
Observações:		
- Os membros do CA não recebem remuneração variável, apenas os Diretores estatutários não controladores		
- O PROGRAMA ADICIONAL foi substituído pelo Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas (PROGRAMA AÇÕES RESTRITAS).		

13.6 Opções em aberto no final do último exercício:

	PROGRAMA ADICIONAL	PLANO DE AÇÕES RESTRITAS
a. Órgão Estatutário	Diretoria	Diretoria
b. Nr. de membros incluídos no Plano	03	03
c. Nr. de membros remunerados	03	03
d. Em relação às opções ainda não exercíveis		
i. quantidade	1.731.070	471.696
ii. data em que se tornarão exercíveis	A partir de 19/12/2015	Após vencido o prazo de carência que é de 2 anos a partir da outorga para o Programa 2014 e 3 anos para o Programa 2015
iii) prazo máximo para exercício das opções	2 anos, a contar de 19/12/2015	-0-
iv. Prazo de restrição à transferência de ações	-0-	Prazo de carência
v. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 6,21	R\$2,65
vi. Valor das opções no último dia do exercício social	R\$ 1,85	R\$ 1,85
e. Em relação às opções exercíveis		
i. Quantidade	-0-	-0-
ii. prazo máximo para exercício das opções	2 anos a contar de 19/12/2015	Após vencido o prazo de carência
iii. prazo de restrição à transferência das ações	Não há	Período de carência
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 6,21	R\$2,65
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 1,85 (*)	R\$ 1,85 (*)
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 3.202.479,50	R\$ 872.637,60
Observações:		
Nenhuma das opções em aberto foram exercidas até o momento		
(*) Valor de fechamento na Bolsa de Valores		

13.7. Tabelas referente opções exercidas e ações entregues relativas a remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2015:
“As opções outorgadas em 2015 ainda não foram exercidas”

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014

PROGRAMA ANUAL		
A. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B. Nº de membros	-0-	03
C. Nº de membros remunerados	-0-	03
D. Em relação às opções exercidas		
i) Número de ações		161.073 ações
ii) Preço médio ponderado de exercício		R\$ 4,33
iii) Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$ 53.154,09
E. Em relação às ações entregues		
i. Nº de ações entregues		161.073 ações
ii. Preço médio ponderado de aquisição		R\$ 4,33
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas		R\$ 53.154,09

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2013

PROGRAMA ANUAL		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-0-	03
Em relação às opções exercidas		
Número de ações		55.598 ações
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 11,05
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$ 104.524,24
Em relação às ações entregues		
Nº de ações entregues		55.598 ações
Preço médio ponderado de aquisição		R\$ 11,05
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas		R\$ 104.524,24

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5. a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a) Método de precificação do valor das opções/ações:

Conforme especificado no item 13.4. i.) acima, o preço de exercício das opções de compra ou subscrição de ações, a partir de 19/12/2012, é determinado pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 60 (sessenta) pregões da BM&FBOVESPA, anteriores a data de início do período para compra ou subscrição das ações objeto do Plano, para as opções outorgadas no Programa Anual, e anteriores a data de assinatura do termo de outorga, para as opções outorgadas no Programa Adicional, utilizando-se para tanto a cotação média das ações

em cada pregão, podendo, o Conselho de Administração conceder um desconto de até 20% no preço da compra ou subscrição das ações objeto do Programa Anual, objetivando estimular os Participantes a exercerem as opções outorgadas. De qualquer forma, o preço final para aquisição ou subscrição das ações objeto do Programa Anual não poderá ser inferior a 80% do valor de Bolsa das ações no dia anterior ao da efetiva compra ou subscrição, nem superior ao preço de mercado na Data de Exercício. Anteriormente a 19/12/2012, o preço de exercício das opções de compra ou subscrição de ações era determinado pelo preço médio ponderado da cotação das ações nos últimos 30 (trinta) pregões da BM&FBOVESPA, anteriores a data de início do período para compra ou subscrição de ações objeto de cada Programa Anual.

b) Dados e premissas utilizadas:

PROGRAMA ANUAL:

- Preço da ação na data de exercício: R\$ 2,98
- Preço médio da ação na data de exercício: R\$ 2,47
- Preço de exercício: R\$ 2,38
- Volatilidade esperada: O volume de ações envolvidas no Plano de Opções é muito pequeno, razão pela qual não se espera volatilidade;
- Prazo da opção: 27/02/2015 a 31/03/2015
- Dividendos esperados: Nos termos do estatuto, no mínimo 25% do lucro remanescente, após as deduções legalmente previstas
- Taxa de juros livre de risco: Não se aplica

PROGRAMA ADICIONAL:

- Preço médio por ação das opções exercidas em 2012: Opções outorgadas em 19/12/2012 mas ainda não exercidas: R\$6,21
- Preço para exercício: R\$ 6,21
- Volatilidade esperada: O volume de ações envolvidas no Plano de Opções é muito pequeno, razão pela qual não se espera volatilidade;
- Prazo da opção: 2 anos após 19/12/2015
- Dividendos esperados: Nos termos do estatuto, no mínimo 25% do lucro remanescente, após as deduções legalmente previstas
- Taxa de juros livre de risco: Não se aplica

PROGRAMA AÇÕES RESTRITAS:

- Preço médio por ação das opções outorgadas em 2015: Opções outorgadas em 31/07/2015 mas ainda não exercidas: R\$2,65
- Preço para exercício: R\$ 2,65
- Volatilidade esperada: O volume de ações envolvidas no Plano de Opções é muito pequeno, razão pela qual não se espera volatilidade;

- Prazo da opção: Após 2 anos contados de 31/07/2015 para o Programa 2014 e 3 anos contados de 31/07/2015 para o Programa 2015
 - Dividendos esperados: Nos termos do estatuto, no mínimo 25% do lucro remanescente, após as deduções legalmente previstas
 - Taxa de juros livre de risco: Não se aplica
- c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado: Não se aplica
- d) Forma de determinação da volatilidade esperada: Não se aplica
- e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo: Não se aplica

Outras informações:

- O Regulamento do Plano de Opções da companhia não permite o exercício antecipado das opções;
- O volume de ações envolvidas no Plano de Opções é muito pequeno, razão pela qual não se espera volatilidade.

13.9. Quantidade de ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil e no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária ou Conselho Fiscal, agrupados por órgão:

	MARCOPOLO S.A.	MARCOPOLO TRADING S.A (controlada)	BELLPART PARTICIPAÇÕES LTDA. (controladora)
CONTROLADORES	227.543.484 ações ord 7.644.614 ações pref	91 ações ON	231.560.000 quotas sociais
ÓRGÃOS TÉCNICOS E CONSULTIVOS	446.178 ações prefer	0	0
CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	100 ações ord 1.600 ações pref	0	0
DIRETORIA	334.444 ações ord 1.898.352 ações pref	0	0
CONSELHO FISCAL	504.696 ações ord 758.760 ações pref	0	0

13.10. Tabela relativa aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários:

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos administradores, informamos que, em 2015, apenas dois Diretores estatutários e um dos membros do Comitê Executivo eram participantes do Plano de Aposentadoria da MARCOPREV – Sociedade de Previdência Privada, patrocinado pela Companhia, sendo que dois ainda não reúnem as condições para se aposentarem, e um Diretor passou a ser assistido em abril de 2014. Atualmente, apenas um Diretor

estatutário e um membro do Comitê Executivo são participantes, sem terem as condições de se aposentarem.

a. Órgão	Diretoria	Comitê Executivo
b. Número de membros	Dois	Um
c. Número de membros remunerados		
d. Nome do Plano	Marcoprev	Marcoprev
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Um	Um
f. Condições para se aposentar antecipadamente	Mínimo de 55 anos de idade, 15 anos de vínculo com a Patrocinadora (Marcopolo), e estar aposentado pela previdência oficial. Aos que ingressaram a partir de 2012, a idade mínima é de 60 anos, 10 anos de vínculo, não havendo exigência de estar aposentado pela previdência oficial	
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no PLANO CD – Plano de contribuição definida até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 25.561,14	R\$ 183.514,33
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas no PLANO CD - Plano de contribuição definida durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 39.559,14	R\$ 62.320,90
Valor total acumulado das contribuições realizadas no PLANO BD - Plano de benefício definido, durante o último exercício social	R\$ 98.783,34	R\$ 49.391,67
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	só é possível o resgate antecipado das contribuições realizadas diretamente pelo Participante e apenas quando o Participante se desligar da Patrocinadora.	

13.11. Tabela contendo o valor maior, menor e médio da remuneração individual do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Diretoria e Conselho Fiscal:

Remuneração dos administradores nos 3 últimos exercícios sociais:

a. Órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
b. Nº de membros	8	8	8,6666
c. Nº de membros remunerados	8	8	8,6666
d. Valor da maior remuneração	3.609.048,38	4.060.933,92	4.060.763,28

ração (Reais)			
e. Valor da menor remuneração (Reais)	377.000,00	365.000,00	325.000,00
f. Valor médio da remuneração (Reais)	1.107.286,11	1.189.907,86	1.156.979,98
Observações:	Na remuneração do CA está incluída a remuneração dos membros do Comitê Executivo (CE), num total de dois, sendo que apenas um deles é membro do CA, mas recebe sua remuneração exclusivamente como membro do Comitê Exec.	Na remuneração do CA está incluída a remuneração dos membros do Comitê Executivo (CE), num total de três, sendo que apenas um deles é membro do CA, mas recebe sua remuneração exclusivamente como membro do Comitê Exec.	Na remuneração do CA está incluída a remuneração dos membros do Comitê Executivo (CE), num total de três, sendo que apenas um deles é membro do CA, mas recebe sua remuneração exclusivamente como membro do Comitê Exec.

a. Órgão	DIRETORIA		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
b. Nº de membros	2,9	3,0	3,6666
c. Nº de membros remunerados	2,9	3,0	3,6666
d. Valor da maior remuneração (Reais)	1.914.598,78	3.295.887,03	2.982.628,27
e. Valor da menor remuneração (Reais)	1.846.540,80	1.616.155,80	1.497.206,73
f. Valor médio da remuneração (Reais)	2.347.019,38	2.264.621,22	1.997.439,92
Observações	A remuneração média da diretoria estatutária foi superior à maior remuneração, porque, de acordo com orientações da CVM, no valor médio foi incluída a remuneração de todos os diretores, inclusive daqueles que exerceram seus cargos por menos de doze meses e já deixaram a Companhia e que, neste caso, recebiam remuneração superior aos demais membros da diretoria.	Um dos Diretores faleceu em 27.08.13, razão pela qual sua remuneração não foi considerada no valor da menor remuneração	

a. Órgão	CONSELHO FISCAL		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
b. Nº de membros	3,0	3,0	3,0
c. Nº de membros remunerados	3,0	3,0	3,0
d. Valor da maior remuneração (Reais)	215.800,00	211.000,000	195.000,00

e. Valor da menor remuneração (Reais)	171.600,00	168.000,00	156.000,00
f. Valor médio da remuneração (Reais)	186.333,33	182.333,33	169.000,00
Observações		Na remuneração do CF não foi considerada a remuneração de um dos conselheiros, que exerceu mandato por prazo inferior a 12 meses (a eleição é anual, tendo um dos conselheiros exercido mandato por 3 meses e seu substituto pelos 9 meses seguintes	Na remuneração do CF não foi considerada a remuneração de um dos conselheiros, que exerceu mandato por prazo inferior a 12 meses (a eleição é anual, tendo um dos conselheiros exercido mandato por 3 meses e seu substituto pelos 9 meses seguintes

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

- *Do total da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e Comitê Executivo, em 2015, 37,98% corresponde a remuneração de Mauro Gilberto Bellini (conselheiro e membro efetivo do Comitê Executivo), e Luciano Moisés Bado (conselheiro), considerados partes relacionadas aos controladores (conselheiro filho de controlador e conselheiro genro de controlador, respectivamente). Do total pago pela companhia aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, não há percentual algum que se refira a parte relacionada.*
- *Do total da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e Comitê Executivo, em 2014, 38,18% corresponde a remuneração de Mauro Gilberto Bellini (conselheiro e membro efetivo do Comitê Executivo), e Luciano Moisés Bado (conselheiro), considerados partes relacionadas aos controladores (conselheiro filho de controlador e conselheiro genro de controlador, respectivamente). Do total pago pela companhia aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, não há percentual algum que se refira a parte relacionada.*
- *Do total da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e Comitê Executivo, em 2013, 32,48% corresponde a remuneração de Mauro Gilberto Bellini (conselheiro e membro efetivo do Comitê Executivo), e Luciano Moisés Bado (conselheiro), considerados partes relacionadas aos controladores (conselheiro filho de controlador e conselheiro genro de controlador, respectivamente). Do total pago pela companhia aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, não há percentual algum que se refira a parte relacionada.*

13.14. Em relação aos exercícios de 2013, 2014 e 2015, indicar os valores reconhecidos no resultado da companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por [órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Em 2015:

Nenhum valor foi pago pela companhia em 2015 aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, que não tenham sido em razão da função que ocupam.

Em 2014:

Nenhum valor foi pago pela companhia em 2014 aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, que não tenham sido em razão da função que ocupam.

Em 2013:

Nenhum valor foi pago pela companhia em 2013 aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, que não tenham sido em razão da função que ocupam.

Nenhum valor foi pago, nos 3 últimos exercícios sociais, aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, a título de comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

- 13.15. Em relação aos exercícios de 2013, 2014 e 2015, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Em 2015:

Em 2015, não foram pagos honorários por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia, a membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria.

Em 2014:

Em 2014, não foram pagos honorários por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia, a membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria.

Em 2013:

Em 2013, não foram pagos honorários por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia, a membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria.

Nenhum valor foi pago nos 3 últimos exercícios sociais, aos membros do Conselho de Administração, Comitê Executivo, Conselho Fiscal e Diretoria, por controladores, diretos ou indiretos, por sociedade sob controle comum e/ou por controladas da companhia.

- 13.16. Outras informações que a companhia julga relevantes:

Observações Ano 2015:

- 1 (um) dos membros do Conselho de Administração não recebe remuneração como membro do Conselho, ou seja, 1 (um) deles recebe a totalidade de sua remuneração como membro efetivo do Comitê Executivo

- 1 (um) dos membros efetivos e 1 (um) dos membros indicados do Comitê Executivo são também Diretores da companhia, e recebem remuneração apenas na qualidade de Diretores, não recebendo remuneração como membros do Comitê Executivo.
- Um dos diretores exerceu o mandato em 2015 apenas por 6 meses (Jan à Jun), e seu substituto por 5 meses (Ago à Dez).
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

Observações Ano 2014:

- 1 (um) dos membros do Conselho de Administração não recebe remuneração como membro do Conselho, ou seja, 1 (um) deles recebe a totalidade de sua remuneração como membro efetivo do Comitê Executivo
- 1 (um) dos membros efetivos e 1 (um) dos membros indicados do Comitê Executivo são também Diretores da companhia, e recebem remuneração apenas na qualidade de Diretores, não recebendo remuneração como membros do Comitê Executivo.
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

Observações Ano 2013:

- 1 (um) dos membros do Conselho de Administração não recebe remuneração como membro do Conselho, ou seja, 1 (um) deles recebe a totalidade de sua remuneração como membro efetivo do Comitê Executivo
- 1 (um) dos Diretores (falecido em 27.08.2013), recebia parte da remuneração como membro da Diretoria e parte como membro efetivo do Comitê Executivo
- 2 (dois) dos membros do Comitê Executivo (membros indicados), são também Diretores da companhia, e recebem remuneração apenas na qualidade de Diretores, não recebendo remuneração como membros do Comitê Executivo.
- Apenas a diferença entre o preço de venda das ações aos participantes do Plano, e o valor da ação em Bolsa na data de exercício da opção, é considerada como remuneração. Apenas os Diretores estatutários, não controladores, recebem opções em ações.

Caxias do Sul, RS, 23 de fevereiro de 2016

Mauro Gilberto Bellini
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Zignani
Secretário do Conselho de Administração